

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRITO SENSU* EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO**

LUCIANE MARTINI

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO NO INICIO DO SECULO XXI: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO AO SESC NO OESTE DO PARANÁ (2006 A 2010)**

Toledo

2011

LUCIANE MARTINI

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO NO INICIO DO SECULO XXI:
UM ESTUDO DE CASO JUNTO AO SESC NO OESTE DO PARANÁ (2006 A 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Estado do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Rippel

Toledo

2011

LUCIANE MARTINI

**A MULHER E O MERCADO DE TRABALHO NO INICIO DO SECULO XXI: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO AO SESC NO OESTE DO PARANÁ (2006 A 2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual do Oeste do Estado do Paraná-UNIOESTE/*Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Rippel (orientador)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a. Dr^a. Valderice Cecília Limberger Rippel
Faculdade de Ensino Superior de Marechal
Cândido Rondon

Toledo, 7 de junho de 2011.

A Deus e
À minha filha Melissa,
razão de minha existência,
expressão de amor verdadeiro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as graças e bênçãos na minha vida. Obrigada, Senhor, por ter atendido às minhas preces.

À minha filha Melissa, obrigada pelas palavras lindas que geraram motivação: “Mãe, no final tudo vai dar certo”. Obrigada pelo entendimento das várias horas em que estive ao seu lado, mas que não pude te dar atenção.

Aos meus pais, pelas orações e pelo apoio nesta caminhada.

Às minhas irmãs, Loreci e Loreni. Em especial à Loreni, por ter dado suporte à Melissa durante o período das aulas, devido à minha ausência. Obrigada por todos os gestos de carinho e de preocupação conosco.

Ao Professor Dr. Ricardo Rippel, exemplo de ser humano e profissional, muito obrigado pela atenção, pelos ensinamentos, pela paciência e pelo tempo dedicado à leitura e à orientação do meu trabalho.

A todos os professores do curso, obrigada pelos ensinamentos, em especial ao Professor Dr. Jandir Ferrera de Lima, pelos conhecimentos precisos que obtive através de sua disciplina e que pude aplicar na minha profissão.

A todos os colegas do mestrado, em especial à Sheila e ao Fernando, obrigada pelas palavras de apoio nos momentos difíceis e por compartilharem comigo vários momentos felizes.

À Clarice, secretária do mestrado, por ser essa pessoa maravilhosa e atenciosa que é.

Agradeço ao Sr. Geraldo Cavanhari, gerente executivo da unidade do SESC de Cascavel, pela liberação e pelo apoio nesta caminhada, pois que, sem essa colaboração não teria sido possível a realização deste sonho. A todos os meus colegas do SESC, em especial aos colegas do Programa Mesa Brasil, pelo apoio.

A todos os meus colegas da UNIPAN, em especial às minhas amigas Clarice, Maria Aparecida, Elisangela, Giovana e Daliane, obrigada pelo carinho, pela amizade, pelas palavras de apoio nos momentos difíceis e pelos momentos felizes: “Não existe valor que pague os sentimentos verdadeiros”.

Aos professores Dr^a. Valderice Cecília Limberger Rippel e Dr. Jandir Ferrera de Lima, pela atenção despendida ao meu trabalho diante da banca de qualificação, que atribui qualidade ao trabalho.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É “o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

(Fernando Pessoa).

MARTINI, Luciane. **Mulher e mercado de trabalho no início do século XXI**: um estudo de caso junto ao SESC no Oeste do Paraná (2006 a 2010). 2011. 100 fl. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

RESUMO

A participação da mulher no mercado de trabalho expandiu-se, e muito, nas últimas décadas. Principalmente a partir do ano de 1970 essa participação gerou diversas transformações na estrutura familiar tradicional e no seu papel desempenhado tanto na família como na sociedade. Com base nesse novo cenário, o presente estudo tem por objetivo analisar as características sociais e econômicas da inserção das mulheres filiadas junto às unidades do SESC na mesorregião Oeste Paranaense, no setor terciário no período de 2006 a 2010. O Oeste Paranaense estruturou-se inicialmente pelo setor primário da economia, porém, com o impacto das transformações tecnológicas e o deslocamento da população rural para a zona urbana, os setores terciário modernizou-se para dar suporte às necessidades das novas formas de organização produtiva, desse modo a mulher foi inserida nesse setor. Através do desenvolvimento da pesquisa primária junto a uma amostra de 638 mulheres junto às quatro (4) unidades do SESC localizadas nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon, observamos que a maioria das mulheres está na faixa etária compreendida entre 30 a 39 anos; que, com relação ao estado civil, a prevalência é de mulheres casadas e que a grande maioria delas possui apenas um (1) filho e, ainda, que o tamanho da unidade familiar está concentrado entre duas (2) a quatro (4) pessoas. A pesquisa revelou que o principal motivo para a inserção da mulher no mercado de trabalho está relacionado à necessidade financeira familiar. Quanto ao nível escolar dessas mulheres, podemos afirmar que o predomínio é de mulheres com ensino médio, e que um alto índice está frequentando o ensino superior, e se acumula também a realização da dupla jornada de trabalho, ou seja, em casa e fora dele. Observou-se o grande número de mulheres chefes de família, responsáveis pela manutenção econômica da unidade familiar. Já a pesquisa secundária revelou intensas diferenças de rendimentos entre homens e mulheres nesse setor, mesmo quando desenvolvem as mesmas funções. Observa-se, por fim, que, em termos quantitativos, a prevalência maior é de empregados do sexo masculino nesse setor.

Palavras-chave: Trabalho feminino; setor terciário; características socioeconômicas.

MARTINI, Luciane. **Women and the labor market in the beginning of XXI century: a case study of Sesc in West of Paraná (2006 a 2010).** 2011. 100 fl. Dissertation (Master in Regional Development and Agribusiness) – Centre for Applied Social Sciences, State University of West of Paraná, Toledo.

ABSTRACT

Women's participation in the labor market has expanded heavily in the latest decades, especially since the year 1970, this participation has generated several transformations in family structure and its traditional role of both in the family and society. Based on this new scenario, this study has to analyze the social and economic characteristics of the insertion of women affiliated with the units of the SESC in meso West Paranaense in tertiary sector in the period 2006 to 2010. The West was structured Paranaense initially by primary sector, but with the impact of technological changes and the displacement of rural population to urban area, the tertiary sector has been modernized to support the needs of new forms production organization, so the woman was included in this sector. By development of primary research with a sample of 638 women from the SESC, four units located in the municipalities of Cascavel, Foz do Iguacu, Toledo and Marechal Candido Rondon, we observed that most women in this age group between 30 to 39 years, with respect to marital prevalence refers to married women and the vast majority of them have only 01 and son the size of the family unit is concentrated among 02 to 04 people. Search revealed that the main reason for women entering the labor market is related to family financial need. We can also say that the predominance of women have secondary education, and that such a high rate attending higher education, and accumulates the execution of the double shift work, or home and abroad. It was noted the large number of women heads of households, responsible for the economic family unit. Already extensive secondary research revealed differences in earnings between men and women in this sector, which develop the same functions. It was also noted that in the volume was higher among male employees in this sector.

Keywords: Working women; the tertiary sector; characteristycal socioeconomic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização do Extremo Oeste Paranaense e demais mesorregiões do Paraná.....	18
Figura 2- Quociente locacional da população urbana dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2000.....	20
Figura 3- Quociente locacional da população rural dos municípios da Mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2000.....	21
Gráfico 1- Empregos em todos os setores e no comércio, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo.....	24
Gráfico 2- Empregos em todos os setores e no serviço, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do Extremo Oeste Paranaense – 1970/1980/1991.....	19
Tabela 2 - Empregos e estabelecimentos comerciais no setor de comércio segundo as Microrregiões do Oeste Paranaense, em 01/2010.....	22
Tabela 3 - Empregos e estabelecimentos em todos os setores e no comércio, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo.....	23
Tabela 4 - Empregos referente ao setor de serviço segundo as microrregiões do Oeste Paranaense em maio/2010.....	24
Tabela 5 - Empregos e estabelecimentos em todos os setores e no serviço, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo.....	25
Tabela 6 - Taxas de crescimento da VAF nos setor terciário, segundo o Estado do Paraná, a Mesorregião e as Microrregião de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo em 2006, 2007 a 2008.....	40
Tabela 7 - A representatividade da VAF no setor terciário, segundo o Estado do Paraná, a Mesorregião e as microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo no período de 2006 a 2008.....	42
Tabela 8 - Valor Adicional Fiscal no setor terciário, segundo a mesorregião Oeste Paranaense no período de 2006 a 2008.....	44
Tabela 9 - Taxas de crescimento do Valor Adicional Fiscal no setor terciário, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, no período de 2006 a 2008.....	45
Tabela 10 - Municípios com Maiores Números de Ocupações Femininas no setor de comércio na Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	47
Tabela 11 - Municípios com Menores Números de Ocupações Femininas no setor de comércio, segundo a Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	47
Tabela 12 - Municípios com Maiores Números de Ocupações Femininas no setor de serviço, segundo a Mesorregião Oeste do Paraná em 31/12/2008.....	48
Tabela 13 - Municípios com os Menores Números de Ocupações Femininas no setor de serviço.....	49
Tabela 14 - Municípios com as Maiores Remunerações Femininas no setor de comércio, segundo a Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	50
Tabela 15 - Municípios com as Menores Remunerações Femininas no setor de comércio, segundo a Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	51
Tabela 16 - Municípios com as Maiores Remunerações Femininas no setor de serviço, segundo a Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	51
Tabela 17 - Municípios com as Menores Remunerações Femininas no setor de serviço, segundo a Mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008.....	52
Tabela 18 - Municípios com as Maiores Diferenças Salariais entre homens e mulheres no setor de comércio, segundo os municípios da Mesorregião Oeste do Paranaense em 31/12/2008.....	53

Tabela 19 - Municípios com as Menores Diferenças Salariais entre homens e mulheres no setor de comércio, segundo os municípios da Mesorregião Oeste do Paranaense em 31/12/2008.....	54
Tabela 20 - Municípios com as Maiores Diferenças Salariais entre homens e mulheres no setor de serviço, segundo os municípios da Mesorregião Oeste do Paranaense em 31/12/2008.....	55
Tabela 21 - Municípios com as Menores Diferenças Salariais entre homens e mulheres no setor de comércio, segundo os municípios da Mesorregião Oeste do Paranaense em 31/12/2008.....	55
Tabela 22 - Indicador I- Identificação dos sujeitos, segundo as unidades do SESC.....	62
Tabela 23 - Indicador II- Identificação familiar, segundo as unidades do SESC.....	65
Tabela 24 - Indicador III- Identificação da atividade profissional, segundo as unidades do SESC.....	67
Tabela 25 - Indicador IV- Identificação da atividade doméstica, segundo as unidades do SESC.....	69
Tabela 26 - Indicador V- Indicador econômico, segundo as unidades do SESC.....	71
Tabela 27 - Indicador VI- Indicador motivacional, segundo as unidades do SESC.....	73
Tabela 28- Indicador VII- Indicador do gênero, segundo as unidades do SESC.....	77
Tabela 29- Empregos masculino e feminino no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	90
Tabela 30- Empregos masculino e feminino no setor de serviço, segundo mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	91
Tabela 31- Remuneração masculino e feminino no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	92
Tabela 32- Remuneração masculino e feminino no setor de serviço, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	93
Tabela 33- Valor Adicional Fiscal total e no setor terciário, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	94
Tabela 34- Porcentagem referente à remuneração masculina e feminina no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	95
Tabela 35- Porcentagem referente à remuneração masculina e feminina no setor de serviço, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008 (apêndice).....	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Definição do problema de pesquisa.....	15
2 JUSTIFICATIVA.....	17
3 OBJETIVO GERAL.....	27
3.1 Objetivos Específicos.....	27
4 REFERENCIAL TEORICO.....	28
4.1 Transformações econômicas e produtivas no Oeste Paranaense.....	38
4.2 A dinâmica econômica do setor terciário no Oeste Paranaense.....	40
4.3 Rebatimentos na inserção produtiva feminina e remuneração no Oeste Paranaense no setor terciário.....	46
4.3.1 Inserção produtiva feminina na mesorregião Oeste Paranaense no setor terciário.....	46
4.4 Variações dos rendimentos das mulheres no setor terciário na região Oeste paranaense.....	49
4.5 Gênero e diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres na mesorregião Oeste do Paraná.....	52
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	57
6 0 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
6.1 Perfil econômico, social e familiar das mulheres ocupadas no setor terciário no Oeste Paranaense.....	61
6.1.1 Indicador I. Identificação do Sujeito: faixa etária, estado civil, profissão e grau de instrução.....	61
6.1.2 Indicador II. Identificação Familiar: composição familiar.....	64
6.1.3 Indicador III. Atividade profissional e atividades domésticas	67
6.1.4 Indicador IV. Condição de renda familiar, pessoal e chefe de família.....	70
6.1.5 Indicador V. Características motivacionais: inserção e qualificação.....	72
6.1.6 Indicador VI. Gênero, discriminação e diferenças salariais.....	75
7 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
APÊNDICES.....	90

1 INTRODUÇÃO

Historicamente o papel da mulher na sociedade era voltado essencialmente para a contribuição na reprodução biológica da força de trabalho, ou seja, para a procriação e a criação dos filhos, devido à fisiologia da mulher e ao seu papel na reprodução. Assim, cabia à mulher o processo de educação no domicílio (KON, 2005).

Segundo a autora, com a inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu uma mudança do seu papel social na família e na sociedade, evidenciado por meio do uso de vários indicadores, como, por exemplo: queda das taxas de natalidade, aumento do número de chefes de família do gênero feminino (aumento do número de famílias em que a mulher é responsável pela manutenção econômica), expansão dos novos papéis desenvolvidos pelas mulheres, crescimento dos anos de escolaridade, alterando assim o modelo tradicional de família.

Nesse processo de transformação, segundo Marri e Wajmman (2007), o padrão “tradicional” dos casais, mediante o qual o homem era o principal provedor de renda familiar, tem se transformado em um novo formato social, novo formato em que as mulheres não só contribuem com parte significativa do orçamento familiar, como também, em muitos casos, são suas principais provedoras.

A família tradicional, anteriormente constituída por pai, mãe, filhos e, eventualmente, por outros parentes agregados, como avós e tios, que muitas vezes partilhavam os cuidados com as crianças, deu espaço a novas formas de constituição familiar, sob certos aspectos mais simplificados e com menos filhos. E sobre outros, mais complexa, com novos formatos, nos quais novas estruturas surgiram e se consolidaram, como, por exemplo, as uniões de mesmo sexo. De modo que as estruturas familiares passaram a apontar um maior número de pais separados, recasamentos, mães solteiras, por “acidente” ou mesmo por opção, no modelo que se tornou conhecido como “produção independente” (BERTOLINI, 2002).

Esse panorama de acontecimentos propiciou mudanças no contexto familiar: as mulheres deixaram de assumir sozinhas a responsabilidade com os filhos, passando a cobrar auxílio dos pais nesses cuidados. A inserção da mulher no mercado de trabalho impactou nos padrões de comportamento feminino quanto à maternidade, papel conjugal e profissional.

Em vista disso, o modelo tradicional de família vem se transformando historicamente no mundo, ou seja, que visualiza o homem enquanto o responsável pelo

sustento da família e a mulher como trabalhadora doméstica. Para Sorj (2000), o trabalho se constitui a principal referência que determina padrões de identidade e sociabilidade, modelos de família e estilos de vida.

No caso do Brasil, segundo Bertolini (2002) e Sina (2005), um fator que contribuiu para a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro foi o surgimento da pílula anticoncepcional, no ano de 1958, fato que propiciou uma verdadeira revolução de costumes, como consequência, a diminuição das taxas de natalidade¹. Com o advento da pílula, engravidar passou a ser uma opção. A partir daí as conquistas femininas foram se ampliando e o advento da pílula anticoncepcional favoreceu uma libertação sem precedentes nos hábitos sexuais.

Nesse sentido, Baltar e Leone (2008) argumentam que a progressiva participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil ocorreu concomitantemente com o declínio das taxas de fecundidade.

Já na década de 1970, a presença da mulher no cenário brasileiro foi expressiva, denunciando as situações de desigualdade a que estava submetida e manifestando de várias maneiras a reivindicação de seus direitos, tanto que o ano de 1975 foi um marco importante dessa mobilização ao ser escolhido o ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, a luta pela valorização da identidade feminina e a denúncia das condições de subordinação das mulheres passam a integrar-se à luta pela democratização do país.

Assim, os papéis da mulher brasileira e sua evolução, desde os inícios da formação da sociedade nacional até o presente, vincularam-se a uma inserção desigual no mercado de trabalho, inserções que se concentram em poucos setores econômicos, principalmente em serviços e em ocupações de menor remuneração, com barreiras no acesso a cargos de chefia, de um lado, e, de outro, a necessidade da dupla jornada de trabalho, conciliando o trabalho com os afazeres domésticos.

Bruschini (2007), a esse respeito, argumenta que essa inserção é marcada por avanços e retrocessos, pois houve, de um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado, a conquista de bons empregos, o acesso às carreiras de prestígio e a cargos de gerência, e, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais.

¹ Para Carvalho et al. (1998), natalidade refere-se à relação entre nascimentos vivos e população total.

Essa expansão do mercado de trabalho nas atividades de consumo individual ou coletivo, bem como nas atividades de circulação, marcaram a incorporação da força de trabalho feminino. Assim, observa-se que o capitalismo, além de estabelecer a divisão do trabalho ordenada pelo sexo, impôs a concentração dos meios de produção e o estabelecimento de relações de compra e venda de trabalho, desorganizando as atividades até então desenvolvidas em torno do núcleo familiar.

Desse modo, um novo cenário passou a ser apresentado, através da nova base de organização, dos novos processos de trabalho, interferindo assim em mudanças nas condições de vida. Essas mudanças motivaram novas relações, refletindo na família, em decorrência das formas de intervenção do sistema sobre a esfera da reprodução da força de trabalho. Ampliaram-se e modificaram-se as relações de socialização das famílias através da ligação com escolas, com os serviços de saúde, com os meios de comunicação e com os demais espaços e serviços urbanos.

Vê-se, desse modo, que o aumento dessa participação confirma uma característica que, segundo Soares e Oliveira (2004), se constitui na situação da mulher como provedora de renda, porém esta nova característica não exime a mulher de seu importante papel de mãe, esposa e responsável pelo lar. No Brasil, a entrada de mulheres no mercado de trabalho ocorreu principalmente no setor de serviços, em atividades de escritório e em outros serviços, onde se destaca o trabalho doméstico. As características do desenvolvimento econômico brasileiro foram elementos importantes na determinação dos espaços ocupados pelas mulheres no mercado de trabalho.

Neste sentido, o propósito desta dissertação é analisar as características sociais e econômicas da inserção das mulheres filiadas junto às unidades do Serviço Social do Comércio – SESC na região Oeste do Paraná, que atuam no setor terciário, no interregno de tempo de 2006 a 2010.

Esta dissertação está desenvolvida em 08 (oito) capítulos. O primeiro capítulo contém a introdução, da qual fazem parte os seguintes itens: apresentação do tema e do problema, a definição dos objetivos, a justificativa para escolha da dissertação. O segundo capítulo refere-se à justificativa da pesquisa. O terceiro capítulo aborda o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho. Já o quarto capítulo aborda o embasamento teórico, expondo as transformações no mundo do trabalho, a incorporação do trabalho feminino na mesorregião Oeste Paranaense no setor terciário.

No quinto capítulo é abordada a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho, e, no sexto capítulo, o resultado e discussão dos dados da pesquisa. Já no sétimo capítulo se apresentam as conclusões, seguidas das referências bibliográficas.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA

A participação da mulher brasileira no mercado de trabalho expandiu-se, e muito, nas últimas décadas, dessa forma gerando diversas transformações na estrutura familiar tradicional e no papel desempenhado pela mulher nesse novo cenário econômico e social.

Assim, o problema da pesquisa que aqui se apresenta é o seguinte: – Quais são as características sociais e econômicas da inserção das mulheres filiadas junto às unidades do SESC que atuam no setor terciário na Região Oeste Paranaense? Quais são as transformações que ocorreram na família e qual o perfil das trabalhadoras?

A área delimitada para este estudo é a região Oeste Paranaense² e as 04 unidades do SESC instaladas nesta região. Historicamente, a região Oeste constituiu-se como a última fronteira de ocupação do Estado. A partir de 1940, através de iniciativas governamentais³, geraram-se os primeiros impulsos de ocupação e de exploração econômica desta região.

Após iniciado esse processo de ocupação e de exploração, a integração na dinâmica estadual foi ocorrer somente a partir de 1970, pois ocorreu um movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaura no Paraná, movimento caracterizado pela introdução de avançadas tecnologias de cultivo e da substituição de culturas alimentares pela produção de *commodities* e alterações nas relações de trabalho. Desse modo, no Oeste surge um intenso processo de urbanização, processo também estimulado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu nessa mesma década.

Segundo Rippel (2005), esse novo cenário sofreu influência da organização do sistema produtivo da área gerando a necessidade de mais trabalhadores, com variadas qualificações e profissões, pois a região passou a demandar mecânicos, marceneiros, ferreiros,

² Conforme o IPARDES (2003), a mesorregião Oeste Paranaense está localizada no Terceiro Planalto Paranaense e abrange uma área de 2.290.859 hectares, que corresponde a cerca de 11,5% do território estadual. Essa região faz fronteira com a Argentina e o Paraguai e possui como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu. É atualmente constituída por 50 municípios.

³ Como a criação do Departamento Administrativo do Oeste (IPARDES, 2003).

profissionais liberais, prestadores de serviços diversos, etc., que deram maior dinamismo para os núcleos urbanos da área. Esses núcleos, por sua vez, passaram a demandar uma oferta maciça de bens, de serviços e de mercadorias para suprir suas necessidades.

Outros fatores que afetaram na construção desse cenário foram a introdução da industrialização e a mecanização agrícola, que provocou a perda da população nas áreas rurais em favor do crescimento das esferas urbanas. Foi a partir dessa época que a população urbana ultrapassou a população rural no Estado do Paraná (ALVES et al., 2006).

Segundo Rippel (2005), ocorreu a inversão na composição da população do Oeste do Paraná, pois em 1970 apresentava 80,13% de seus habitantes com domicílio rural e apenas 19,87% nas áreas urbanas, e, no Censo de 2000, passou a ter apenas 18,40% do seu total de habitantes em domicílios rurais e 81,60% nas áreas urbanas.

Ainda segundo o autor, em 2000 observou-se a tendência da queda do setor primário da economia, e manteve-se a tendência da expansão de outros setores da economia regional. Assim a região passou a apresentar efetivamente um perfil urbano, desenvolvendo atividades econômicas que, via de regra, são caracterizadas como urbanas.

Percebe-se, assim, que é nesse contexto que as mulheres foram absorvidas pelo mercado de trabalho na região Oeste do Paraná, em especial no setor terciário da economia.

2 JUSTIFICATIVA

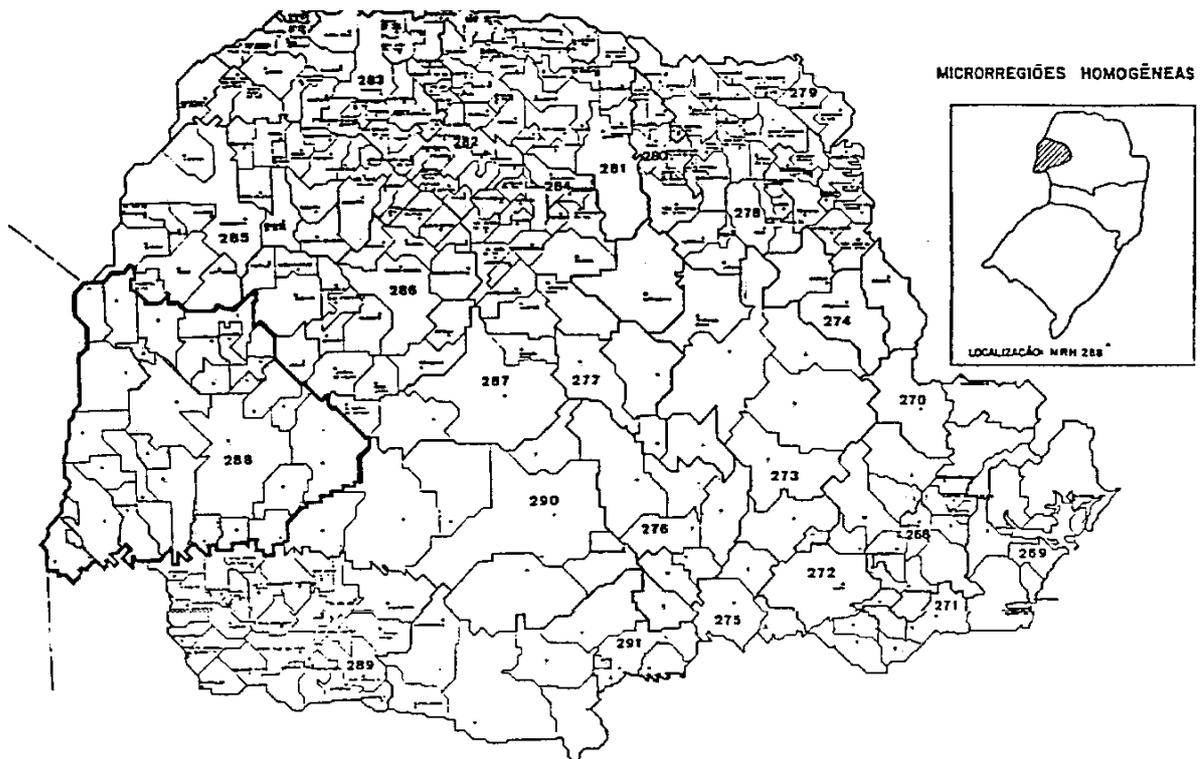
A mulher sempre esteve presente no mercado de trabalho em todas as épocas e lugares, porém se observa um aumento considerável a partir da década de 1970, em função da urbanização, da expansão da industrialização e da instalação de empresas multinacionais no Brasil, mudando assim o perfil das trabalhadoras e também os papéis dentro da unidade familiar.

Essas mudanças são apontadas, por vários autores estudiosos dessa problemática. Bruschini e Lombardi (1996), Bertolini (2002), Lavinias (2000), Marri e Wajnman (2007) argumentam que essa ampliação do trabalho feminino é parte do processo de sua emancipação, porém se sabe que a mulher ainda está exposta a situações de discriminação por gênero e, principalmente, quanto à questão salarial, pois elas auferem em média salários bem menores que aqueles auferidos pelo trabalho masculino. Destacam esses autores ainda que, nas últimas décadas, o país passou por importantes transformações econômicas, demográficas e culturais que alteraram o papel da mulher na família e na sociedade.

Em virtude disso, percebe-se que a inserção consistente da mulher brasileira no mercado de trabalho é algo que tem se acirrado, e muito, nos últimos anos, especialmente em regiões de ocupação recente onde tal processo se deu num espaço de tempo mais curto, que é o caso da região Oeste Paranaense, sendo esta a última área do Estado a ser ocupada.

Rippel et al. (2008) destacam que, devido ao processo de ocupação que a região vivenciou, observa-se que os únicos municípios que mantiveram concentração populacional foram os polos regionais, ou seja, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Esses municípios concentraram, juntos, 52,88% da população total da região no ano de 2000, ficando o restante da população distribuída entre os 47 municípios restantes na área.

A localização geográfica da região e dos 50 municípios que a compõem podem ser visualizadas na Figura 1.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná (Apud UNIOESTE/FUNDETEC Programa Estratégico de Desenvolvimento do Extremo Oeste do PR, p. 3).

Figura 1 - Localização do Extremo Oeste Paranaense e demais microrregiões do Paraná

A Figura 1 demonstra a localização da mesorregião Oeste Paranaense, bem como de suas microrregiões. Com base nesses acontecimentos, percebe-se que a trajetória da ocupação do Oeste Paranaense e a reestruturação da população refletiram em uma inserção diferenciada de seus municípios na divisão social do trabalho, resultando em condições internas sociais bastante heterogêneas, ao contrário de sua base econômica, que se caracteriza por diversas atividades ligadas, sobretudo, à produção agroindustrial, assim como ao setor de serviços (IPARDES, 2008).

Esse cenário resultou que alguns municípios da região detêm distintos graus de influência no crescimento e no desenvolvimento regional. Deles se destacam Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, que possuem graus de centralidade mais expressivos que os demais da região. Esses graus de centralidade, de certo modo, também se expressam em níveis de atração e de repulsão migratória destacados, implicando historicamente no fato de que esses municípios capitanearam o crescimento econômico e demográfico da região (RIPPEL et al., 2005).

Segundo Piffer (1997), a população do Oeste Paranaense em 1970 era de aproximadamente de 750 mil e passou, em 1980, para 952 mil habitantes, correspondendo a um crescimento de 26,9%, assim apresentando uma das mais elevadas taxas do Estado, devido, em parte, à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no município de Foz do Iguaçu. O aumento expressivo da população se deu no espaço urbano, posicionando a região, tanto em termos de urbanização quanto em volume total da população, inferior apenas à Região Metropolitana de Curitiba. Esses dados podem ser visualizados na Tabela 1 abaixo:

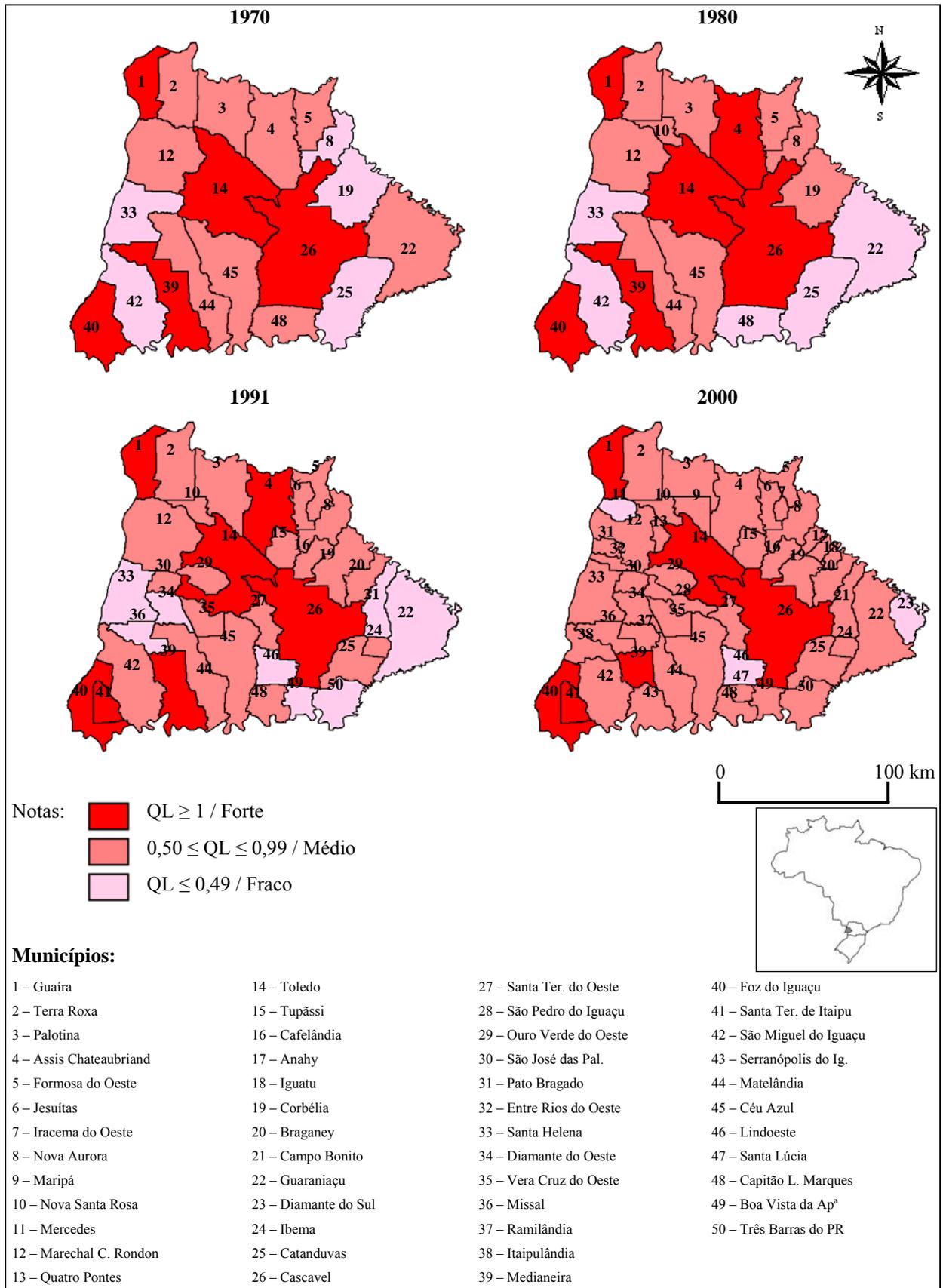
Tabela 1 – População do Extremo Oeste Paranaense – 1970/80/1991

Extremo oeste	Total	Urbano	%	Rural	%
1970	753.432	149.516	20	602.916	80
1980	960.709	484.504	50,4	476.205	49,6
1991	1.015.929	728.126	72	287.803	28

Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Paraná 1970/80/1991.

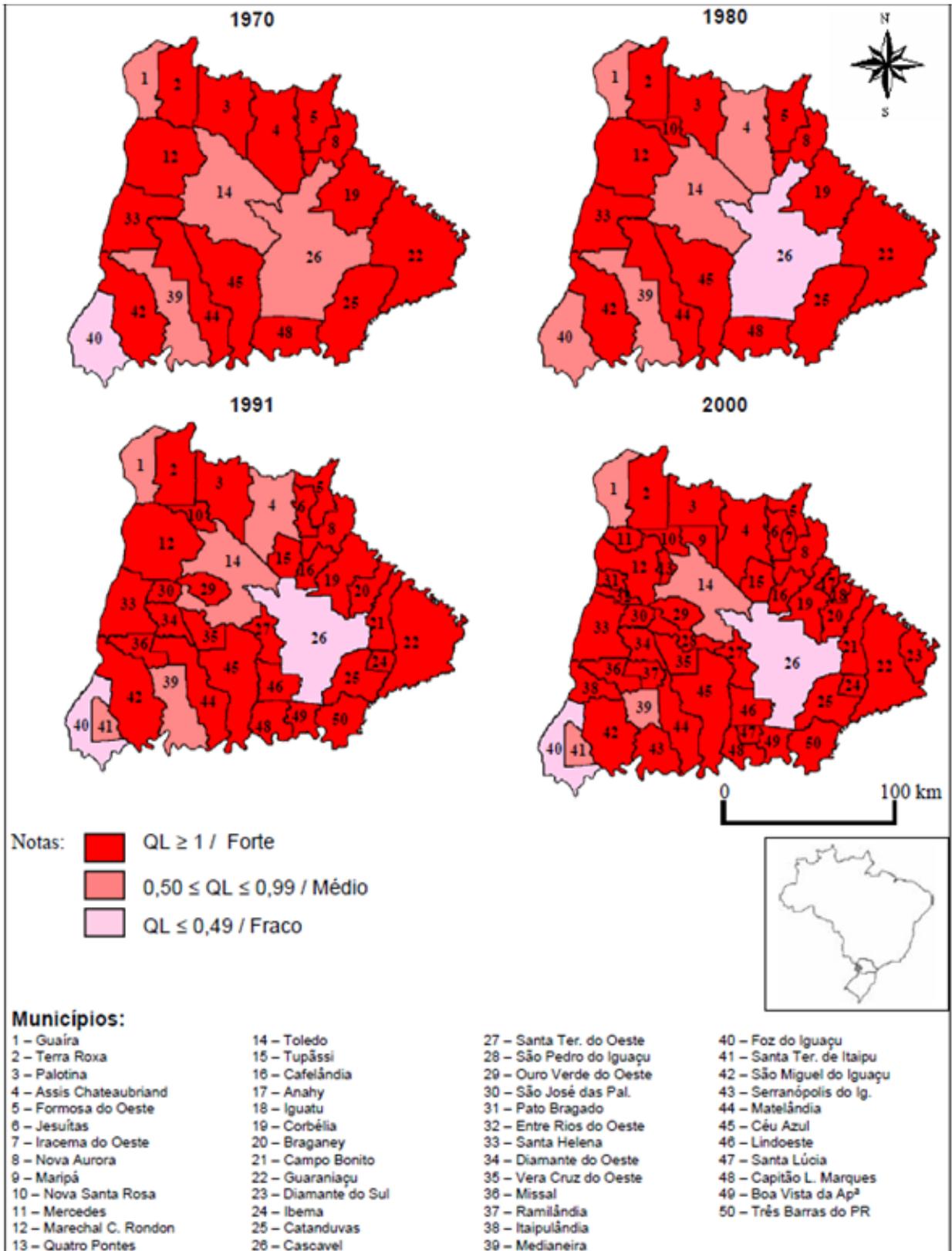
Com relação ao quociente locacional⁴, percebe-se, através das Figuras 02 e 03, que a região expandiu seu perfil de urbanização e a maioria dos municípios do Oeste Paranaense reduziu a população no período de 1960 a 2000. Entretanto, os únicos municípios que mantiveram concentração populacional foram os polos regionais, ou seja, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Esses três municípios concentravam, juntos, 52,88% da população total da região no ano de 2000, ficando a outra parte da população distribuída entre os 47 municípios restantes. Além disso, há de se considerar a migração da população rural para os setores urbanos. A população regional morando nas áreas urbanas passou de 20% para 81,60%, assim a reestruturação da população na região Oeste Paranaense se refletiu na reestruturação da mão de obra, e apresenta a evolução da mão de obra ocupada nos três setores da economia regional (ALVES et al., 2006).

⁴ É utilizado para comparar a participação percentual da população de um município com a participação percentual da região. O quociente locacional pode ser analisado a partir de domicílios ou no seu conjunto. É expresso pela equação (1).



Fonte: Rippel et al. (2006).

Figura 2 – Quociente locacional da população urbana dos municípios da mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2000



Fonte: Rippel et al. (2006).

Figura 3 – Quociente locacional da população rural dos municípios da mesorregião Oeste Paranaense – 1970/2000

O processo de crescimento do Oeste Paranaense estruturou-se pelos setores econômicos, principalmente o setor primário. E as transformações ocorridas na estrutura desse setor primário provocaram efeitos multiplicadores sobre o setor terciário e sobre a indústria, pois no ano de 1970 a região ampliou a rede de transporte e de comunicação e promoveu investimentos através da política nacional geral, que, devido ao bom preço dos produtos agrícolas, possibilitou a transmissão de excedentes da comercialização, ampliando as empresas de venda de máquinas, implementos e insumos modernos, bem como empresas no ramo de confecção, de roupas e de sapatos.

O setor de serviços modernizou-se para responder mais adequadamente às necessidades das novas formas de organização produtiva. O comércio da região Oeste cresceu em função do crescimento da sua base de exportação agrícola (PIFFER, 1997).

Atualmente o setor do comércio é extremamente significativo nas microrregiões⁵ e representa 12,36% do total de empregos relacionados ao Estado. Esses dados são visualizados na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Empregos e estabelecimentos no setor de comércio, segundo as microrregiões do Oeste do Paraná, em 01/2010

Microrregiões	Empregos	% Estado	Estabelecimentos
Cascavel	26.258	5,01%	9.372
Toledo	18.856	3,60%	8.614
Foz do Iguaçu	19.631	3,75%	8.285

Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

O setor de comércio mostra grande concentração nas microrregiões. Observa-se, através dessa Tabela 2, que a microrregião de Cascavel apresentou 26.258 empregos formais no setor de comércio, o que chama a atenção é que representa 5,01% dos empregos nas taxas relacionadas ao Estado, apresentando o melhor desempenho nesse setor quando comparado às microrregiões de Foz do Iguaçu e de Toledo.

⁵ As microrregiões que compõem o Oeste do Estado do Paraná são: (i) Cascavel, que é composta dos seguintes municípios: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná; (ii) Toledo: Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Toledo; (iii) Foz do Iguaçu: Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Vera Cruz do Oeste.

Analisando os municípios que compõem a região, observa-se, através da tabela abaixo, que os que mais empregam mão de obra formalmente no setor terciário são Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo

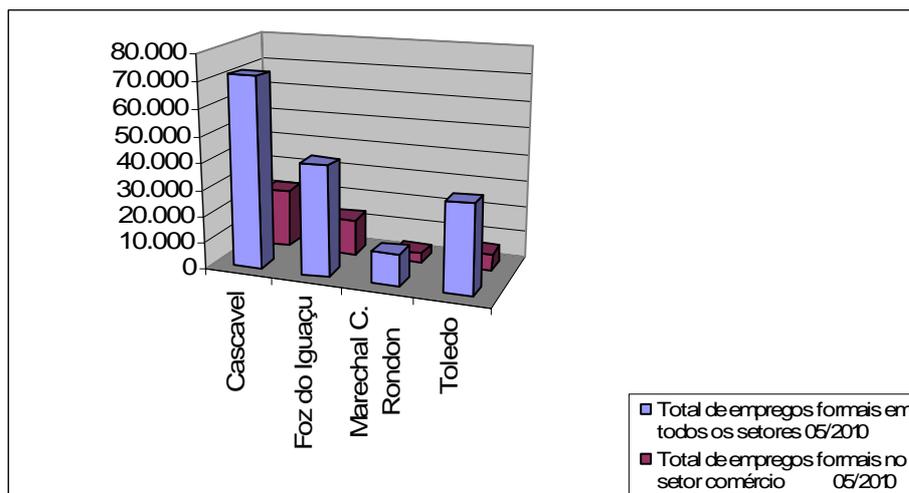
Tabela 3 – Empregos e estabelecimentos em todos os setores e no comércio, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo

Municípios	Empregos nos setores	Empregos no comércio	Estabelecimentos nos setores	Estabelecimentos no comércio
Cascavel	71.615	22.032	23.349	6.860
Foz do Iguaçu	41.551	13.531	11.741	5.480
M. Cândido Rondon	11.794	3.359	3.394	1.399
Toledo	33.345	6.414	7.574	2.931

Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

Vê-se, então, que, nesse processo, o município de Cascavel possui um expressivo número de empregos formais no setor de comércio na região, pois esse setor é significativo na economia do município, sendo que o total de empregos formais em todos os setores da economia é 71.615 e, deles, 22.032 correspondem ao setor de comércio, ou seja, 30,76%.

Já o município de Foz do Iguaçu apresenta 32,56% da sua concentração de empregos formais no setor do comércio, e Toledo apresenta 19,23% de postos de trabalho nesse setor, seguido do município de Marechal Cândido Rondon, com a representatividade em 28,48%. Visto em termos de porcentagem referente ao total de postos de trabalhos formais em todos os setores, o município de Foz do Iguaçu apresenta a maior concentração de empregos formais no setor de comércio na região, como pode ser visualizado no Gráfico 1.



Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

Gráfico 1 – Empregos em todos os setores e no comércio, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo

Com relação ao setor serviços, esse segmento incorpora a força de trabalho com maior escolaridade e maior remuneração. Esse é um aspecto essencial para o desenvolvimento da região, porque significa maior potencial de consumo e também porque estrutura regionalmente empresas mais complexa de serviços de suporte à base produtiva (IPARDES, 2008).

Tabela 4 – Empregos e estabelecimentos no setor de serviços, segundo as microrregiões do Oeste do Paranaense, em 01/2010

Microrregiões	Empregos	% Estado	Estabelecimentos
Cascavel	27.696	3,55%	8.993
Toledo	25.856	3,35%	8.493
Foz do Iguaçu	17.282	2,24%	8.789

Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

Fazendo a análise da Tabela 4 observa-se a importância desse setor de serviços na contratação de mão de obra, somando um total de 70.834 empregos formais na mesorregião Oeste Paranaense.

Analisando-se os dados dos municípios referentes ao setor de serviços, vê-se que, em termos quantitativos, Cascavel apresenta a maior quantidade de pessoas empregadas nesse setor, com o total de 16.602 pessoas, mas, em termos de porcentagem, Foz do Iguaçu apresenta 49,84% do total de seus empregos formais no setor de serviços. Já Toledo apresenta

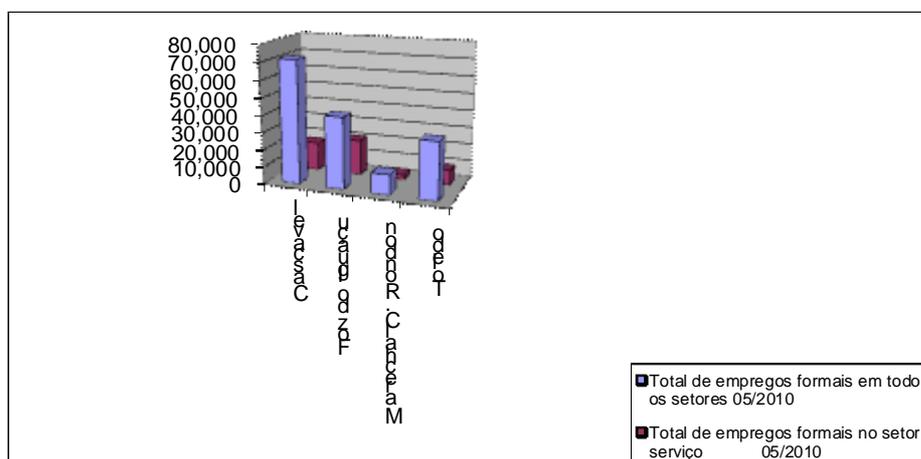
um total de 26,24% de total dos postos de trabalho nesse setor, e Marechal Cândido Rondon 23,35%, conforme a Tabela 5 abaixo.

Tabela 5 – Empregos e estabelecimentos em todos os setores e no de serviços, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo

Municípios	Empregos nos setores	Empregos no serviço	Estabelecimentos nos setores	Estabelecimentos no serviço
Cascavel	71.615	16.602	23.349	6.812
Foz do Iguaçu	41.551	20.711	11.741	5.126
M. Cândido Rondon	11.794	2.755	3.394	1.351
Toledo	33.345	8.750	7.574	3.123

Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

Em termos quantitativos, Cascavel apresenta a maior quantidade de pessoas empregadas nesse setor na região, com o total de 16.602 pessoas empregadas no setor de serviços, mas, em termos de porcentagem, Foz do Iguaçu apresenta 49,84% do total de seus empregos formais no setor de serviços. Já Toledo apresenta 26,24% de total dos postos de trabalho no setor, e Marechal Cândido Rondon apresenta 23,35% – dados esses visualizados no Gráfico 2.



Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2010.

Gráfico 2 – Empregos e estabelecimentos em todos os setores e no serviço, segundo os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo

Com base nos dados apresentados no Gráfico 2, referente à quantidade de postos de trabalho no setor terciário na região Oeste e tendo em vista o processo histórico de

formação da economia regional, para atender os trabalhadores nesse setor foi criada, no ano de 1958, a primeira unidade do SESC no município de Cascavel.

Atualmente a mesorregião conta com 04 unidades do SESC⁶, instaladas em Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo devido ao crescimento e à importância desses setores. O SESC foi criado para atender aos profissionais da classe comerciária, entre eles as mulheres que estão inseridas formalmente nesse setor, que são o foco deste estudo. Para esse atendimento, o SESC atua através das áreas de educação, de saúde, de esporte e de assistência social, sendo uma instituição mantida e administrada pelos empresários do comércio desde 1946, com unidades operacionais em todos os Estados da Federação. Assim, o SESC direciona a sua ação para o desenvolvimento social, cultural, educacional e de saúde dos trabalhadores do comércio e da prestação de serviço.

O SESC é uma instituição que atua no âmbito nacional, sem fins lucrativos, nascida para combater a situação de carência e para promover o bem-estar social da classe comerciária. A sua atividade está regulamentada pelo Decreto Federal nº 61836, de 5 de dezembro de 1967. A Administração Nacional é composta pelo Conselho Nacional (CN), que é um órgão deliberativo, coordenador e planejador; pelo Departamento Nacional (DN), órgão executivo, de orientação e execução da política de ação; e pelo Conselho Fiscal (CF), órgão de fiscalização financeira (SESC, 1989, p. 84).

Devido a esses fatores, este estudo e análise se refere às características sociais e econômicas da inserção da mulher no setor terciário e se justifica pela importância e pela necessidade do aprofundamento dessa questão no panorama regional.

⁶ O SESC foi criado pela Confederação Nacional do Comércio – CNC, nos termos do Decreto-Lei nº 9853, de 13 de setembro de 1946, sob a inspiração da carta da paz social elaborada pelos representantes das classes produtoras do Brasil, reunidas de 1º a 6 de maio, em Teresópolis, Rio de Janeiro.

3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do presente trabalho é o de analisar a inserção das mulheres filiadas junto ao Serviço Social do Comércio no setor terciário na região Oeste Paranaense, destacando as características sociais e econômicas no interregno de tempo de 2006 a 2010.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral acima apresentado, a proposta é realizar os seguintes procedimentos:

- 1 – apresentar um relato de como se deu a evolução da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro;
- 2 – identificar a participação das mulheres filiadas junto às unidades do SESC no setor terciário da economia na mesorregião Oeste Paranaense;
- 3 - verificar o perfil apresentado pelas mulheres, apontando o seu papel socioeconômico na família e na sociedade;
- 4 - analisar a renda das mulheres empregadas no setor terciário e se ocorre discriminação salarial entre o gênero masculino e feminino na mesorregião Oeste Paranaense.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

No Ocidente, nos últimos dois mil anos, o mundo do trabalho passou por várias etapas de evolução, em que homens e mulheres passaram, conjuntamente, por formas de relacionamento de trabalho onde predominaram, sucessivamente, a escravatura, a servidão, o artesanato e a manufatura, até as formas mais recentes de modernização industrial (KON, 2005). Devido a esse processo evolutivo, homens e mulheres conheceram uma sucessão de utensílios de trabalho – desde a roda até o trator, desde o tear manual e até o tear mecânico, desde máquinas mecânicas e elétricas até a informatização dos processos produtivos – resultando na diversificação de tarefas, com consequências sobre o estado das técnicas, sobre natureza do trabalho e sobre os paradigmas produtivos.

Nesse movimento coletivo de evolução, percebe-se que a Revolução Industrial representou a transição de um estágio inicial do capitalismo⁷, em que o modo de produção pré-capitalista sofreu influência do capital subordinado ainda a esse mesmo modo de produção, para um estágio em que o capitalismo, com base na transformação técnica, atingirá seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em grande escala e coletiva da fábrica, estabelecendo, assim, a relação simples e direta entre capitalistas e assalariados (DOBB, 1983).

Nesse cenário, a urbanização se processou intensamente a partir da segunda metade do século XIX. Essa urbanização, mais a industrialização (grandemente impulsionada nos anos 1930), foram processos de notáveis repercussões na organização da família, por isso a nova estrutura do grupo familiar passou a ser estabelecida em função da modernização da vida econômica (SAFFIOTI, 1979).

Com a urbanização, a industrialização e o processo de relocação da população brasileira, o universo feminino também ganhou novas dimensões em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico. Com o processo de transformação da estrutura da economia nacional, os setores tipicamente urbanos brasileiros, via de regra os setores primários e terciários da economia, se expandiram na participação do Produto Interno Brasileiro (PIB) em detrimento do setor primário, notadamente a agricultura.

⁷ Harvey (2006) e Singer (1987) argumentam que o capitalismo interferiu na conversão da capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas. O progresso no capitalismo assume a forma de incessante busca do novo, do que vai ficar na moda e esses produtos são propagandeados pelos meios de comunicação. Tal propaganda implica perene renovação cultural, em que a mudança se torna um valor em si, que ofusca os demais valores.

Diante desse cenário, o trabalho nas fábricas, nas lojas e nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior.

Segundo Pena (1981), esse período da industrialização no Brasil se constituiu um momento importante para a inserção do trabalho feminino no panorama econômico nacional. Assim, consubstanciaram-se três principais movimentos do trabalho da mulher nas fábricas, sendo que o primeiro deles está relacionado à sua inserção maciça e seu redirecionamento para atividades ligadas à casa; em segundo lugar, o de sua utilização nos ramos industriais produtores de bens de consumo não duráveis; e, em terceiro lugar, sua concentração em atividades classificadas como desqualificadas e menos remuneradas na hierarquia fabril. Entende-se que, nesse processo, as mulheres que desempenhavam atividades remuneradas não deixaram de desempenhar o trabalho tradicionalmente atribuído a uma dona de casa.

Assim sendo, a incorporação do trabalho feminino se deu no setor industrial brasileiro, correspondendo à única alternativa viável para enfrentar a escassez de mão de obra, mas como tal marcaram sua presença na organização industrial, porém com um patamar salarial extremamente baixo. À medida que o setor industrial se expandia e que a política imigratória formava o proletariado urbano, as mulheres perdiam sua força na constituição da mão de obra, e passavam a ingressar nas atividades que eram consideradas desqualificadas e cuja monotonia era maior (PENA, 1981).

Para Viezzer (1989), a relocação das atividades da mulher na família, no sentido de reproduzir a força de trabalho produtiva, consistiu parte substantiva dos métodos de racionalização com os quais se procurava impregnar a produção. Esta reprodução da força de trabalho consistia na manutenção quotidiana dos trabalhadores atuais e dos futuros trabalhadores (crianças), como peça de reposição do sistema produtivo e também o processo através do qual os seres humanos se convertem em trabalhadores. Assim, a mulher continuava integrada ao sistema fabril através de uma extensa rede de prestação de serviços e ainda atendia “a casa”.

Ainda, segundo a autora, as mulheres, mesmo em casa e vendo diminuída sua participação no emprego fabril, constituíam a principal força de trabalho utilizada na indústria domiciliar. Esse parecia ser o caminho através do qual tanto a família quanto o empresariado e o Estado esperavam ver conciliada a dupla condição feminina de trabalhadora e de dona de casa: nenhuma garantia trabalhista, dupla jornada de trabalho, ambas sem limites distintos e remuneração por quantidade produzida, sem conexão com sua necessidade de subsistência.

Dessa forma, expulsas das fábricas, as mulheres continuavam a trabalhar nos *ateliers* domésticos e prestando humilhantes serviços pessoais, enquanto no interior de suas casas reproduziam o proletariado para as fábricas e criavam excedentes para o capital. Da mesma maneira que sua incorporação ao trabalho fabril, também sua repulsão estava inscrita na lógica perversa da acumulação capitalista no Brasil.

Essa transformação social, econômica e política citada acima modificou também as formas de trabalho no mercado interno, criando assim novas exigências. Diante desse cenário, o modelo fordista enunciava seus primeiros sinais no Brasil em 1920 e, depois da crise e da Revolução de 30, ele é apresentado como uma forma de “racionalização do trabalho” e tem sua expressão máxima em 1931, com a formação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Posteriormente surgem o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), ambos com caráter de educar o trabalhador e de disciplinar os homens na sua vida produtiva, no trabalho e fora dele. Entretanto, várias formas de resistência a essas técnicas foram aplicadas, como greves, baixa produtividade, etc. (DRUCK, 1999).

Guimarães (1988) argumenta que essas transformações na organização das atividades produtivas, especialmente na divisão do trabalho, provocaram uma mudança sociocultural que influenciou a organização familiar, basicamente pela expansão do trabalho das mulheres. O crescimento da industrialização e a capacidade de expansão do mercado de trabalho nas atividades de consumo individual ou coletivo, bem como nas atividades de circulação, marcam o movimento de incorporação da força de trabalho feminina. E as mulheres, que antes foram eliminadas pela desativação das atividades manufatureiras, são, nesse momento, incorporadas no setor de serviço.

Ocorria, porém, que, como destaca Antunes (2002), nesse período as atividades intelectuais (de concepção) ou aquelas baseadas em capital intensivo eram preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, eram destinadas às mulheres trabalhadoras, e muito frequentemente também aos trabalhadores imigrantes e aos negros.

Assim, para poder então compreender melhor esse cenário, apresentam-se as definições e os conceitos desses elementos gerais. Para Laranjeiras (1999), o fordismo é considerado um modo, um sistema de produção⁸ e de gestão criado por Henry Ford em sua fábrica, em Detroit, em 1913. Esse sistema influenciou de maneira decisiva as relações de

⁸ Para Laranjeiras (1997), modo de produção significa como o modo de produção se organiza.

trabalho no mundo civilizado, transformando-se, a partir de 1930, em um modelo técnico-econômico que consiste na prática de gestão na qual se observa a radical separação entre concepção e execução, baseando-se a execução no trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios muito curtos. No processo de produção fordista, a linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permite assim a redução dos chamados tempos mortos.

A autora destaca ainda que o trabalho, nessas condições, torna-se assim repetitivo, parcelado e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, que o executa através de uma rígida rotina. Assim o trabalhador perde suas qualificações, as quais são incorporadas à máquina. Ao contrário do trabalho de execução, o de concepção torna-se altamente qualificado, encarregando-se do desenho dos produtos, da programação da produção, das tarefas de manutenção e de reparação e sendo realizado isoladamente, fora da linha de montagem, mas que, apesar disso, permitiu, segundo Bruschini (2007), a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho.

Outro autor a tratar da questão é Antunes (2002), que se refere ao binômio taylorismo/fordismo como a expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria durante todo o século XX e que se baseava na produção em massa de mercadorias e que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e verticalizada. Esse produção se estruturou com base no trabalho em parcelas e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduziam a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cujas somatórias resultavam no trabalho coletivo, facilitando mais, uma vez, a inserção da mulher no processo.

No Brasil, as difusões das técnicas e dos métodos tayloristas nas atividades industriais foram realizadas a partir da instalação de empresas multinacionais nos setores dinâmicos da indústria, principalmente naqueles que produziam bens de consumo duráveis. Correspondendo ao movimento de transferência maciça das indústrias que utilizavam o trabalho assalariado nas regiões menos desenvolvidas, a taylorização das indústrias manufatureiras brasileiras coincide com a transferência de tecnologias de produção, ou seja, com a introdução do capital externo (HIRATA, 2002).

Ainda segundo a autora, as indústrias tayloristas utilizavam um forte contingente de mão de obra feminina, pois é de acordo com o sexo de seus assalariados que a empresa elabora e aplica sua política de gestão da mão de obra. Assim, devido aos novos processos tecnológicos introduzidos através desse modelo, a força física não se constituía

como característica principal. Dessa forma, a mulher, além de ser mão de obra barata, pode ser incluída nessas novas técnicas. Na década de 1970 ocorre a crise do paradigma fordista/taylorista de produção e a entrada de novas tecnologias baseadas na microeletrônica tanto nas indústrias como nos serviços. Essas novas tecnologias provocaram novamente transformações no mundo do trabalho.

Segundo os autores Neves (2000) e Antunes (2007), emergem assim novos modelos. Agora a produção em série e a produção em massa foram substituídas pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, e por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Assim, a inovação produtiva trazida pela indústria japonesa foi a conquista da produção flexível em massa. Pode-se então considerar que o *just-in-time* concretiza esse novo princípio, ou seja, que viabiliza o ajuste da composição da oferta e da procura (NETO, 2003).

Esse novo modelo é visto por Franzoi (1999) como sendo:

A forma de administração industrial e de seus materiais segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários necessários ao processo produtivo são suprimidos no tempo certo e na quantidade exata. Consiste na redução de matéria-prima e peças intermediárias, conseguida através da linearização do fluxo de produção e de sistemas visuais de informação. Através dela, busca-se chegar a um estoque zero. Vem assim a responder a uma nova concepção de mercado que se configura a partir da década de 60, que inverte a lógica baseada numa demanda global maior que a oferta, para uma situação de oferta maior que a demanda. Em decorrência dessa nova configuração, a produção em massa é substituída pela produção de pequenos lotes diversificados para se atender a um mercado mais exigente (FRANZOI, 1999, p. 138).

Deste modo, o toyotismo, ao substituir o padrão fordista dominante, desenvolveu formas transitórias de produção, impactando no contexto relacionado aos direitos do trabalho, onde esses direitos são desregulamentados, são flexibilizados, pois os direitos e as conquistas históricos dos trabalhadores são substituídos no mundo da produção. Esse avanço tecnológico e a fragmentação do trabalho permitem ao capital um maior controle sobre a força de trabalho. Neves (2000) argumenta que, no conjunto desse processo produtivo, o que se observa é a precarização das relações e das condições de trabalho, a flexibilidade dos contratos de trabalho.

Antunes (2002) caracteriza a acumulação flexível como novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, novas taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Os impactos desse novo padrão são

observados através das mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, nos setores e também nas regiões geográficas.

Nessa mesma perspectiva, Harvey (2006) argumenta que:

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços (HARVEY, 2006, p. 140).

Diante desse cenário, o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação. Em vista do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões aproveitaram a ocasião e tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes e contratos de trabalho mais flexível. Essa queda da importância do poder sindical reduziu também o singular poder dos trabalhadores, principalmente dos excluídos, negros, mulheres, minorias étnicas raciais de todo tipo, pois as novas condições do mercado de trabalho, de maneira geral, reasentaram a vulnerabilidade desses grupos desprivilegiados (HARVEY, 2006).

O maior impacto desse novo modelo é sentido pelos trabalhadores, pois, segundo Neves (2000), passou a haver a necessidade do trabalho em equipe, a troca constante de informação e a eliminação dos tempos mortos, buscando o máximo de produtividade. A produtividade da empresa não está mais assentada na rapidez dos gestos e dos movimentos próprios do taylorismo/fordismo, mas na rapidez de planejamento e na resolução dos problemas que surgem em diferentes situações. Assim, os trabalhadores são engajados na busca constante da qualidade, mobilizando-se para a manutenção e o controle das máquinas e para a solução de problemas.

Antunes (2000), referindo-se a essa reestruturação do mercado de trabalho, destaca que:

Algumas das repercussões dessas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho, desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços, aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora, precarização e terceirização da força de trabalho humana que trabalha destruição do sindicalismo de

classe e conversão num sindicato dócil, de parceria, ou mesmo em um sindicato de empresa (ANTUNES, 2002, p. 53).

Tanto Antunes (2002) como Harvey (2006) destacam, nesse período, o crescimento do setor de serviços, pois esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala. Destacam ainda que essas mudanças na ponta do consumo, associadas à mudança na produção, na reunião de informações e financiamento, aumentaram consideravelmente as vagas de emprego no setor de serviços a partir do início dos anos 1970.

Esse aumento no setor de serviços foi uma tendência, pois, segundo Antunes (2002), vem caracterizando o mundo do trabalho. Dessa forma, tem ocorrido a incorporação do trabalho feminino nesse setor, porém a mulher trabalhadora, em geral, ainda realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa. E, ao fazê-lo, é duplamente explorada pelo capital, visto que desde logo pode exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo e, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita a sua reprodução, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seu marido, de seus filhos e de si própria.

Assim, a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas é considerada como parte do processo de emancipação parcial das mulheres, tanto em relação à sociedade quanto às inúmeras formas de pressão masculina, que se fundamenta na tradicional divisão social e sexual do trabalho, que é definida por Silva (1999), como sendo:

Qualquer sociedade tem definidas, com mais ou menos rigidez e exclusividade, esferas de atividades que comportam trabalhos e tarefas consideradas apropriadas para um ou outro sexo. De modo geral, a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da reprodução da espécie e do cuidado com as crianças, dos velhos e dos incapazes, enquanto que as atividades de reprodução social e de direção da sociedade, desempenhadas no espaço público, são atribuições masculinas (SILVA, 1999, p. 61).

Sorj (2000) argumenta que essa maneira de organizar o processo produtivo transforma traços (como aparência, idade, educação, gênero e raça) em potencial produtivo e, nessa nova maneira, características e competências individuais são a condição mesma da empregabilidade. O resultado disso é uma forte estratificação do mercado de trabalho, em que os níveis inferiores de emprego, em tempo parcial ou temporário, são preenchidos predominantemente por minorias (mulheres e jovens com baixa escolaridade) e, portanto, para essas minorias há poucas oportunidades de carreira e mobilidade.

Baltar e Leone (2008) afirmam

Que a segregação ocupacional por gênero é entendida como a sobre-representação das mulheres em determinadas atividades. O gênero constitui um critério para criar espaços de trabalho extradomésticos socialmente diferenciados e hierarquizados. Assim, o gênero marca, em geral, as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, criando restrições às mulheres em ocupar postos de trabalhos de maior prestígio social, limitando sua possibilidade de mobilidade e reforçando a disparidade de remunerações entre homens e mulheres (BALTAR e LEONE, 2008, p. 236).

Os autores Okin (2008), Paredes e Shallat (1995) argumentam que gênero se refere a um sistema de papéis e de relações entre homens e mulheres, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico, sendo assim, o sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza, mas o gênero é construído, ou seja, é a institucionalização social das diferenças sexuais.

Apesar das mudanças tecnológicas da flexibilização do mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho permaneceu. Assim, a eliminação de tarefas pesadas, sujas e insalubres próprias para o desempenho masculino, de acordo com a concepção que marca as relações de gênero na sociedade, com a entrada de inovações tecnológicas, permitiu maior incorporação do trabalho feminino, mas a discriminação permaneceu (NEVES, 2000).

Com relação a essa expansão do acesso da mulher ao mercado de trabalho, Bruschini (2007) afirma que vários fatores contribuíram, nas últimas décadas do século XX, sendo eles: além das mudanças na economia, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino, porém, em função do gênero, elas permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas. A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido caracterizada através dos tempos pela marca da precariedade, sendo que as mais baixas remunerações são recebidas pelas mulheres, se comparadas às dos homens. Essas baixas remunerações são reafirmadas quando se consideram os setores econômicos, os grupos de horas trabalhadas, a posição na ocupação e os anos de estudo. Assim, portanto, o gênero ainda permanece como indicador e segmentação do mercado de trabalho.

Cambota e Pontes (2006) referem-se à diferença salarial da seguinte forma:

Ela pode ocorrer de duas formas: através da discriminação salarial pura ou através da segregação ocupacional. Diz-se que há discriminação quando

indivíduos igualmente produtivos alocados em postos de trabalho da mesma produtividade recebem salários distintos. Já segregação ocupacional ocorre quando trabalhadores igualmente produtivos têm chances diferentes de ocupar empregos de maior remuneração (CAMBOTA e PONTES, 2006, p. 02).

Antunes (2002) conclui que, mesmo com o aumento significativo do trabalho feminino, este se localiza preferencialmente no universo do trabalho precarizado e desregulamentado. Sabe-se que essa expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contraria a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino, o mesmo ocorrendo no que concerne aos direitos e às condições de trabalho.

Mesmo assim, porém, também cabe destacar que é evidente a ampliação do trabalho feminino no mundo produtivo das últimas décadas e que isso é parte do processo de sua emancipação. Segundo os autores Antunes (2002), Baltar e Leone (2008), esse processo de emancipação é parcial, tanto em relação à sociedade quanto relação às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamenta na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Diante disso, o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão sexual e social do trabalho, sendo que as diferenças de renda por sexo continuam muito grandes e segregam as mulheres em ocupações de menor renda.

Através dos estudos de Bruschini (2007) e de Kon (2005), percebe-se que, além da discriminação por gênero (salários mais baixos do que os dos homens), modificou-se, na atualidade, o perfil das trabalhadoras (mais velhas, casadas e mães), revelando assim uma nova identidade, voltada tanto para o trabalho como para a família. Os motivos dessas mudanças seriam a alterações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher na sociedade. Desse modo, entende-se que o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por seu papel na família, ou seja, de sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, bem como sua qualificação ou capacitação.

Já Bertolini (2002), com relação a essa nova identidade, afirma que,

Na contemporaneidade, tornam-se evidentes os resultados dessas transformações: a mulher busca simultaneamente realização pessoal e profissional, se mostra um desejo de independência econômica, mas ao mesmo tempo tenta preservar seu papel de mãe. A integração desses papéis novos e tradicionais se dá, muitas vezes, de forma conflituosa. Ao mesmo tempo, a construção de uma nova identidade é para a mulher uma fonte de *status*, poder e auto-estima. A saída da mulher do mundo de casa faz com

que estabeleça novos contatos e laços com outras pessoas, enriquecendo suas experiências (BERTOLINI, 2002, p. 19).

Para as autoras Bruschini (2007), Oliveira e Soares (2004) e Lavinias (2007), a expansão da escolaridade é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Mulheres instruídas, além de continuarem marcando presença em tradicionais postos de trabalhos femininos, como o magistério e a enfermagem, têm adentrado também nas áreas profissionais de prestígio, como a medicina, a advocacia, a arquitetura e até mesmo a engenharia, tradicional reduto masculino. Elas são, porém, a minoria das mulheres, porque a grande maioria se encontra ainda em trabalhos precários e mal remunerados.

Outro fator relacionado a essas mudanças é citado por Montagner (2007), qual seja o de que, ao longo das últimas décadas, diminuiu substantivamente a taxa de crescimento populacional. O envelhecimento da estrutura etária da população brasileira, envelhecimento que vem se processando e ampliando, permite que mulheres em maior quantidade possam se dedicar a atividades produtivas, porque também decresce o período dedicado ao cuidado com os filhos.

Esse conjunto de fatores e de mudanças faz com que a mulher se insira no mercado de trabalho, provocando mudanças significativas nos padrões de comportamento feminino em relação à maternidade e ao papel conjugal e profissional. A importância atribuída pela mulher à carreira profissional se revela diretamente ligada ao novo valor ou *status* que lhe confere, além de lhe propiciar uma inserção mais crítica na sociedade. Dessa forma, o cotidiano feminino é marcado por encontros e desencontros que afetam também os homens. E a mulher enfrenta o desafio de alcançar o equilíbrio e a integração de papéis relacionados à família e ao trabalho (BERTOLINI, 2002).

Assim, tornou-se mais evidente o questionamento sobre os papéis e as responsabilidades dos homens e das mulheres no interior das famílias. As trajetórias de vida adulta, tanto para homens como para mulheres, passaram e passam, cada vez mais, a significar companheiros, pais e trabalhadores economicamente ativos. O que ganha destaque são as multiplicidades de arranjos familiares, a participação das mulheres nos mais diferentes ramos produtivos de atividades, as novas atitudes. As famílias brasileiras vivenciam uma maior diversidade de arranjos sexuais, novas tecnologias reprodutivas, mudança nos papéis de gênero, elevadas taxas de divórcio e mais nascimentos fora das uniões. Diante disso, cabe às mulheres o duplo desafio de cuidar e de prover suas famílias (GOLDANI, 2002).

Segundo a autora, esse novo cenário oferece a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou mesmo desaparecendo, quando, de fato, elas

demonstram, uma vez mais, sua enorme capacidade de adaptação e mudança. Dessa forma, cada vez mais as mulheres se encontram no papel de provedoras e não como fonte de ingresso adicional.

Para Itaboraí (2003), essas mudanças na família favoreceram o trabalho feminino e mostram-se válidas na medida em que o fato de a mulher ter vivido união consensual ou ter se separado aumenta as chances de a mulher trabalhar fora. Nesse caso, a idade do filho mais novo é um fator importante, mostrando que as mulheres com filhos mais velhos, ou sem filhos, têm, progressivamente, mais chances de trabalhar fora.

Esse aumento constante do número de mulheres casadas e com filhos no mercado de trabalho estabelece uma relação entre o aumento da participação feminina e a queda da renda do trabalho masculino, o que acentua o crescimento da participação da mulher na renda familiar (BALTAR & LEONE, 2008).

4.1 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E PRODUTIVAS NO OESTE PARANAENSE

A região Oeste Paranaense, a partir do final da década de 1960, dá início ao seu processo de modernização da agricultura, fato que acarretou o aumento de sua produtividade. Aliada a essa modernização e aumento de produtividade, ocorre também uma mudança na área produtiva com a diversificação das atividades. Segundo Colla et al. (2007), nesta fase inicial da colonização dos anos 1950 e 60, o trabalho no setor era desenvolvido por meio da agricultura familiar e de subsistência, ou seja, com a mão de obra familiar empregada nas atividades do campo, através do cultivo de várias culturas, incluindo nesse cenário a participação da mão de obra feminina.

Com a modernização tecnológica da agricultura, que se consolidou pela incorporação da cultura do milho e da soja, seus principais produtos agrícolas, promoveu-se na área um aumento considerável na produção e na sua produtividade. Esses fatores foram os maiores responsáveis pela redução do número de propriedades rurais, principalmente pela incorporação das pequenas às maiores, e pela diminuição da população dos municípios da região, com exceção de Cascavel e de Foz do Iguaçu, que se transformaram nos dois maiores centros urbanos regionais (PERIS & LUGNANI, 2003).

Assim, a grande maioria dos municípios do Oeste Paranaense apresentou queda no total de sua população rural no período de 1960 a 2000, porém alguns deles

criaram, como foi o caso dos polos regionais (Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo). Esses três concentravam, juntos, 52,88% da população total da região no ano de 2000, ficando o restante da população distribuído entre os demais 47 municípios. Além disso ocorreu a migração da população rural para os setores urbanos. A população regional morando nas áreas urbanas passou de 20% para 81,60%. A reestruturação da população na região Oeste Paranaense refletiu-se na reestruturação da mão de obra, que apresenta a evolução da mão de obra ocupada nos três setores da economia regional (ALVES et al., 2006).

Ainda segundo os autores, observou-se a mudança existente na região Oeste com relação à mão de obra ocupada por setores. Enquanto os empregados do setor primário declinam, os empregados dos setores industriais e terciários aumentaram entre 1970 e 2000. Particularmente o setor terciário cresce de forma linear com relação aos outros setores e absorve a mão de obra que excedente do setor primário, incluindo, nessa nova dinâmica, o trabalho feminino. Apesar da forte localização do setor primário em vários municípios da região, no tocante à ocupação da mão de obra, as atividades agropecuárias perdem em número de efetivos para os outros setores.

Ainda segundo eles, esse declínio dos empregados do setor primário foi causado pela mecanização e pela tecnificação das propriedades rurais de forma intensificada. Como muitos trabalhadores, intra- e inter-regionais, migraram para os centros urbanos da região, eles impulsionaram o desenvolvimento e o crescimento das atividades urbanas (secundários e terciários).

Com base nesse cenário, a região Oeste Paraná passou a apresentar uma forte expansão da rede urbana regional, causando grande impacto na economia regional e transformação na distribuição geográfica da população e houve ainda uma alteração na capacidade de absorção de mão de obra no campo.

Essa nova dinâmica é identificada quando da análise da população com base no Censo de 2010, em que a população urbana representa 85,61% da população total, e os principais municípios da região Oeste (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) agrupam 54,25% do total da população da região. E a população urbana da mesorregião concentra-se em 85,61%. Essa realidade é identificada pelos autores, entendendo-se que a região se transformou de um *continuum* urbano-rural para um *continuum* urbano-industrial, cenário esse que será analisado, de forma mais aprofundada, no próximo capítulo.

4.2 A DINÂMICA ECONÔMICA DO SETOR TERCIÁRIO NO OESTE PARANAENSE

Segundo Lima et al. (2008), via de regra, quando se analisa a região, vê-se que ela se tornou mais dinâmica no início do século XXI, pois o ano de 2000 marca uma mudança do perfil na composição do Produto Interno Bruto – PIB, pois o setor terciário saiu de um PIB de R\$ 3,5 bilhões, em 2000, para 4,7 bilhões em 2004. Assim, percebe-se que o setor terciário se dinamizou a partir de 2002, período em que o setor secundário estabilizou seu crescimento e o setor primário seguiu em franca recuperação.

Ainda os autores destacam que a área Oeste Paranaense possui, na quase totalidade de seus municípios, uma economia onde o setor primário continua muito significativo. Apesar disso, muitos deles apresentaram, nos últimos anos, reduções nos seus respectivos quocientes do setor primário, fato que se deve ao resultado de uma maior especialização regional. Diante disso, observa-se que o setor terciário, formado pelos ramos comercial e de serviços, apresentou desempenho significativo na região, sendo considerado como uma tendência da economia regional deslocar-se para as atividades terciárias, à medida que seu perfil de desenvolvimento vai amadurecendo e a mão de obra se adensando e sendo absorvida por esse setor, inclusive a mão de obra feminina, segundo Rippel e Lima (2009).

Com base nesse cenário e devido à importância e à emergência do setor na economia regional, observa-se, na tabela abaixo, o comportamento das taxas de crescimento do Valor Adicional Fiscal – VAF⁹ no setor terciário nas microrregiões que compõem a Região Oeste Paranaense no período de 2006 a 2008.

Tabela 6 – Taxas de crescimento da VAF/ setor terciário, segundo o Estado do Paraná, a mesorregião, as microrregiões do Oeste Paranaense 2006, 2007 e 2008

VAF/ Setor terciário	2006	%	2007	%	2008
Estado do Paraná	31.491.597.234,00	6,18%	33.439.522.526,00	9,60%	36.650.801.182,00
Oeste Paranaense	3.038.447.340,00	10,52%	3.358.229.556,00	9,90%	3.690.882.717,00
MRG de Cascavel	1.209.590.901,00	11,69%	1.351.102.880,00	14,78%	1.550.829.618,00
MRG de Foz do Iguaçu	957.582.840,00	3,32%	989.407.640,00	-2,21%	967.517.386,00
MRG de Toledo	871.273.599,00	16,80%	1.017.719.036,00	15,21%	1.172.535.713,00

Fonte: IPARDES, Secretaria do Estado da Fazenda – SEFA, 2010.

⁹ VAF – Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas obtidas pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essa atividade (IPARDES, 2003).

Vê-se, assim, um crescimento da VAF a nível estadual no setor terciário, no período de 2006 para 2007, pois apresentou uma taxa de 6,18% e, no ano seguinte, passou para 9,60%. Já com relação à região Oeste do Paraná, ela ultrapassou os índices estaduais, apresentando um percentual de 10,52% para os anos de 2006 para 2007. E de 2007 para 2008, a área apresenta uma queda nesse percentual em 0,60%, ou seja, 9,90%. Mesmo com esse resultado superou a média do Estado.

Já a microrregião de Toledo, nos anos de 2006 para 2007, apresentou a maior taxa de crescimento (16,80%), superando as médias do Estado e da região Oeste Paranaense. A microrregião de Cascavel apresenta o segundo melhor resultado (com 11,69%), também superando a média estadual e a média da região. A microrregião que apresentou a menor taxa de crescimento foi a de Foz do Iguaçu (com apenas 3,32%), ficando abaixo da média estadual e abaixo da média da região.

No período seguinte de 2007 para 2008, mantiveram-se as duas primeiras colocações do anterior, porém a microrregião de Toledo apresentou queda com relação ao seu percentual do período anterior em -1,59% e a microrregião de Cascavel apresentou um crescimento de 3,09%. A microrregião de Foz do Iguaçu apresentou uma queda em sua taxa de crescimento, ou seja, - 2,21%, passando seus valores de R\$ 989.407.640,00 em 2007 para R\$ 967.517.386,00 em 2008.

Esses dados refletem a crise econômica mundial vivenciada nesse período. Segundo Rippel et al. (2008), evidencia-se que essa crise tem suas origens e seus desdobramentos no setor financeiro, e vem afetando praticamente toda a economia mundial.

Ressalta-se que a crise foi de fato revelada ao mundo a partir do mês de fevereiro do ano de 2007, revelada como sendo uma crise financeira que acontecia no coração do sistema capitalista, ou seja, na economia norte-americana, e que afetou todos os países. Esse fenômeno pode ser compreendido como sendo um complexo momento de transição que se dá entre um período de prosperidade econômica e outro de depressão, ou seja, uma depressão econômica se constitui na fase do ciclo econômico na qual ocorre um acentuado movimento de declínio da produção de uma determinada economia, fato que, geralmente, provoca grande retração nas vendas, afetando as operações de mercado, acarretando quedas nos lucros, bem como perda do poder aquisitivo da população e desemprego.

Com base nessa argumentação é que se compreende o porquê da queda nas taxas de crescimento relacionada principalmente à microrregião de Foz do Iguaçu, sendo que sua principal atividade econômica está relacionada às atividades do setor de serviço, comércio e turismo.

Esse cenário também pode ser analisado tendo como base a tabela a seguir, que apresenta a representatividade do VAF no setor terciário a nível estadual, onde, como consequência, a microrregião de Foz do Iguaçu decresceu sua representatividade no período analisado.

Tabela 7 – A representatividade da VAF no setor terciário, segundo o Estado do Paraná, a mesorregião e as microrregiões do Oeste Paranaense em 2006, 2007 e 2008

VAF Setor terciário	2006	2007	2008
Oeste	9,64%	10,04%	10,07%
MRG de Cascavel	39,80%	40,23%	42,01%
MRG de Foz do Iguaçu	31,51%	29,46%	26,21%
MRG de Toledo	28,67%	30,30%	31,76%

Fonte: IPARDES/Secretaria do Estado da Fazenda – SEFA, 2010.

Em termos de representatividade, vê-se, na Tabela 7, que a mesorregião, no ano de 2006, representa 9,64% da VAF do setor terciário do Estado, sendo que, nesse mesmo ano, a microrregião de Cascavel tem a maior representatividade em relação à mesorregião Oeste Paranaense, ou seja, 39,80%, seguida da microrregião de Foz do Iguaçu com 31,51% e da microrregião de Toledo com 28,67%.

Já no ano de 2007 esses índices se modificam, pois ocorre na região um crescimento em termos de sua representatividade na VAF do setor terciário do Estado, passando de 9,64% de 2006 para 10,04% em 2007. Permanecem as posições do período anterior com relação à representatividade das microrregiões em relação à VAF comércio e serviços, porém a microrregião de Foz do Iguaçu diminui sua taxa de representatividade em - 2,05, e a microrregião de Cascavel apresenta um aumento de +2,05% e a microrregião de Toledo apresenta um aumento de +1,63%.

No ano de 2008, repete-se o movimento do ano anterior, pois as taxas de representatividade da VAF comércio e serviços na mesorregião Oeste cresceu da ordem de 0,03 na representatividade em relação ao Estado do Paraná, apresentando uma taxa de 10,07%. Nesse período, as posições da representatividade das microrregiões permaneceram iguais do período anterior, sendo que as microrregiões de Cascavel e Toledo apresentaram aumento nas taxas, passando para 42,01% e 31,76%, respectivamente, e a microrregião de Foz do Iguaçu apresentou novamente queda, ou seja, de 29,46% em 2007 para 26,21% em 2008.

Assim, ao se considerar o VAF do setor terciário nos 50 municípios que compõem a região, pela Tabela 8 abaixo, nota-se que, nos anos de 2006 a 2008, os cinco municípios que apresentaram maiores montantes de recursos nesse setor foram os mesmos, ou seja, Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Candido Rondon e Palotina.

Esse cenário é consistente com a modernização econômica da região, porque, nas cidades de Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu, este setor tem se expandido, de um *continuum* urbano-rural, elas reforçam um *continuum* urbano-industrial, especializando-se tanto na transformação quanto em serviços de ordem superior e se fortalecendo na divisão social do trabalho em atividades urbanas, conforme Lima et al. (2008).

O município de Cascavel se destaca com o maior montante de recursos, ou seja, apresentando no ano de 2008, R\$ 1.300.332.891,00 no setor terciário. Nesse aspecto, Cascavel detém uma localização espacial estratégica para o fortalecimento do setor terciário. Tanto que, segundo Peris e Lugnani (2003), o município é o centro urbano com maior capacidade de atendimento à demanda regional, especialmente nesses setores, o que a torna um polo regional, tal qual se pode verificar na Tabela 8, a seguir:

Tabela 8 – Valor Adicional Fiscal no setor terciário, segundo a mesorregião Oeste Paranaense

Valor Adicional Fiscal – Setor terciário				
Ano	Municípios com maior montante de recursos		Municípios com menor montante de recursos	
2006	Cascavel	1.020.692.143,00	Iguatu	763.597,00
	Foz do Iguaçu	671.970.735,00	Diamante do Sul	1.295.317,00
	Toledo	302.905.519,00	Espigão Alto do Iguaçu	1.759.887,00
	M. Cândido Rondon	155.189.425,00	Ramilândia	1.807.374,00
	Palotina	117.205.879,00	Campo Bonito	1.943.102,00
	Medianeira	93.987.986,00	Santa Lúcia	2.038.994,00
	Assis Chateaubriand	63.773.152,00	Anay	2.140.473,00
	Guairá	59.429.959,00	Diamante do Oeste	2.497.316,00
	São Miguel do Iguaçu	57.410.659,00	Iracema do Oeste	2.619.429,00
	Cafelândia	49.059.586,00	Lindoeste	2.737.315,00
2007	Cascavel	1.157.390.368,00	Iguatu	657.258,00
	Foz do Iguaçu	686.320.382,00	Diamante do Sul	1.484.786,00
	Toledo	306.128.372,00	Espigão Alto do Iguaçu	1.764.442,00
	M. Cândido Rondon	165.078.371,00	Ramilândia	1.825.296,00
	Palotina	135.497.056,00	Santa Lúcia	2.021.043,00
	Medianeira	98.720.241,00	Boa Vista da Aparecida	2.536.184,00
	Assis Chateaubriand	93.252.861,00	Anay	2.649.851,00
	Guairá	86.332.413,00	Campo Bonito	2.664.222,00
	São Miguel do Iguaçu	61.601.025,00	Lindoeste	3.332.020,00
	Santa Helena	50.495.917,00	Diamante do Oeste	3.555.307,00
2008	Cascavel	1.300.332.891,00	Diamante do Sul	915.278,00
	Foz do Iguaçu	606.067.390,00	Santa Lúcia	1.892.731,00
	Toledo	304.573.559,00	Ramilândia	3.172.656,00
	M. Candido Rondon	183.884.829,00	Iguatu	3.202.080,00
	Palotina	168.177.415,00	Iracema do Oeste	3.443.435,00
	Guairá	120.962.249,00	Boa Vista Aparecida	4.069.480,00
	Assis Chateaubriand	112.932.456,00	Diamante do Oeste	4.358.114,00
	Medianeira	92.129.233,00	Anahy	5.119.392,00
	São Miguel do Iguaçu	72.808.064,00	Lindoeste	5.202.556,00
	Santa Helena	61.481.202,00	Campo Bonito	5.740.041,00

Fonte: IPARDES/Secretaria do Estado da Fazenda – SEFA, 2010.

Na Tabela 8, observa-se que os municípios de Iguatu, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Ramilândia, Campo Bonito e Diamante do Oeste representam os menores montantes de recursos nesse setor para o intercepto de tempo entre 2006 a 2008.

Segundo Lima (2008), tais municípios são considerados atrasados, por não possuírem um PIB-Produto Interno Bruto relevante para o desenvolvimento econômico da região e apresentam Quociente Locacional mais significativos no setor primário, ou seja, essas cidades continuam exclusivamente agrícolas e com um parque industrial pouco relevante e atividades urbanas pouco diversificadas.

Já Alves et al. (2006) argumentam que esses municípios possuem localização forte no setor primário e apresentam incapacidade de localizar, de forma forte, o setor

secundário. Assim, aprofundaram o seu *continuum* urbano-rural. Essas cidades são fornecedoras em potencial de insumos e mão de obra para o parque industrial das cidades com um *continuum* urbano-industrial.

Com relação às taxas de crescimento desse setor, visualiza-se, na Tabela 9 a seguir, que, em termos de porcentagem nos anos de 2006 para 2007, o município de Tupãssi apresentou o melhor resultado, ou seja, cresceu 84,91%. E o município de Boa Vista de Aparecida apresentou o maior declínio de crescimento (-36,47%). Nos anos seguintes de 2007 para 2008, o município de Iguatu apresentou a maior taxa de crescimento (387,19%) e Diamante do Sul, o menor resultado (-38,36%).

A tabela a seguir apresenta o desempenho das taxas de crescimento do VAF no setor terciário, no período de 2006 a 2007.

Tabela 9 – Taxas de crescimento do Valor Adicional Fiscal no setor terciário, segundo a mesorregião Oeste Paranaense

Taxas de Crescimento do VAF – Setor terciário				
Período	municípios com maior taxa		municípios com menor taxa	
2006 para 2007	Tupãssi	84,91%	Boa Vista da Aparecida	-36,47%
	Terra Roxa	68,96%	Vera Cruz do Oeste	-21,81%
	Nova Santa Rosa	61,87%	Catanduvas	-17,95%
	Iracema do Oeste	53,00%	Iguatu	-13,93%
	Assis Chateaubriand	46,23%	Braganey	-9,98%
	Maripá	46,12%	Missal	-9,08%
	Guairá	45,27%	Entre Rios do Oeste	-8,71%
	Ouro Verde do Oeste	43,69%	Santa Tereza do Oeste	-6,25%
2007	Capitão L. Marques	43,00%	Pato Bragado	-4,63%
2007 para 2008	Diamante do Oeste	42,36%	Corbélia	-3,67%
	Iguatu	387,19%	Diamante do Sul	-38,36%
	Espigão A. Iguaçu	305,45%	Ibema	-34,93%
	Braganey	133,63%	Jesuítas	-24,51%
	Catanduvas	122,78%	Quatro Pontes	-15,70%
	Campo Bonito	115,45%	Quedas do Iguaçu	-14,48%
	Anay	93,20%	Iracema do Oeste	-14,08%
	Santa T. do Oeste	80,38%	São Pedro do Iguaçu	-13,26%
	Vera Cruz do Oeste	80,27%	Nova Aurora	-12,46%
	Corbélia	75,37%	Foz do Iguaçu	-11,69%
Ramilândia	73,82%	Capitão Leônidas Marques	-9,21%	

Fonte:IPARDES/Secretaria do Estado da Fazenda – SEFA, 2010.

Diante dessas informações geradas, percebe-se que o setor terciário na região se concentra nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Candido

Rondon, sendo que a pesquisa de campo foi aplicada junto a esses municípios que possuem implantadas as unidades do SESC. Os resultados são apresentados no próximo capítulo.

4.3 REBATIMENTOS NA INSERÇÃO PRODUTIVA FEMININA E REMUNERAÇÃO NO OESTE PARANAENSE NO SETOR TERCIÁRIO

4.3.1 Inserção produtiva feminina na região Oeste, no setor terciário

Através dos estudos de Bruschini e Lombardi (2000), observa-se que as características da inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro apontaram para uma realidade de continuidade e de mudança. Assim, de um lado, as continuidades dizem respeito ao grande contingente de mulheres, cerca de 40% do total da força de trabalho feminina, que se insere no mercado de trabalho em um polo no qual se incluem as posições menos favoráveis e mais precárias quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas. Esse aumento das taxas de atividades da mulher levou a uma maior diversificação no mercado de trabalho, porém, segundo Oliveira e Soares (2004), isso não significou uma desconcentração do trabalho feminino das atividades tradicionalmente exercidas por elas, predominantemente no setor de serviços e em ocupações que seriam extensões das atividades domésticas. De outro lado, as mudanças apontam na direção oposta, na qual ocorre a expansão da ocupação feminina em profissões de nível superior, caso da medicina, da arquitetura, do direito e da engenharia, áreas até há pouco tempo reservadas a profissionais do sexo masculino. Essa inserção reflete a mudança de valores culturais, como, por exemplo, a expansão da escolaridade das mulheres e seu ingresso no ensino superior.

Diante deste cenário, propõe-se descrever a inserção produtiva feminina no setor terciário referente aos 50 municípios que compõem a região Oeste e, com base na tabela abaixo, observa-se que o município de Cascavel¹⁰ possui o maior número de mulheres inseridas de forma produtiva no setor do comércio.

¹⁰ Esse dado justifica-se, pois, como já foi mencionado, o município de Cascavel é caracterizado como o principal polo de desenvolvimento da mesorregião Oeste, onde lidera em todos os segmentos do comércio, com ampla margem quando comparado aos demais municípios.

Tabela 10 – Municípios com os maiores números de ocupação feminina no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Cascavel	8789
Foz do Iguaçu	5721
Toledo	2834
Marechal Cândido Rondon	1418
Medianeira	1075
Total da região	27016

Fonte Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

O segundo município com o maior número de ocupações é Foz do Iguaçu, apresentando 5.721 mulheres inseridas de forma produtiva nesse setor. Esse grande número é devido às atividades turísticas relacionadas ao complexo da Usina Binacional de Itaipu, que gera grande fluxo de turistas e movimentação também o comércio local.

Percebe-se que os municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Medianeira apresentam a terceira, quarta e quinta colocação no *ranking* com os maiores números de ocupações. Um contraste a esses dados é visualizado na tabela abaixo, que se refere aos municípios com as menores ocupações femininas nesse setor.

Tabela 11 – Municípios com os menores números de ocupação feminina no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Diamante do Sul	8
Iguatu	13
Iracema do Oeste	15
Anahy	16
Ramilândia	24
Total da região	27.016

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008

Já o município de Diamante do Sul apresenta apenas 08 mulheres inseridas de forma produtiva no setor. Iguatu apresenta 13 ocupações femininas, seguido de Iracema do Oeste, Anahy, Ramilândia. Segundo Rippel et al. (2008), esses municípios são caracterizados como agrícolas e apresentam maior desenvolvimento no setor primário da economia. Não apresentam um comércio estruturado e possuem pouca diversidade de produtos. Assim, assim seus habitantes se utilizam do comércio dos municípios considerados como polos, ou seja, de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo.

O setor de serviços, por sua vez, permite visualizar, na Tabela 12 abaixo, que o cenário permanece o mesmo com relação aos 05 municípios que apresentaram os maiores números de ocupações no setor do comércio nesse mesmo ano.

Tabela 12 – Municípios com os maiores números de ocupação feminina no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Cascavel	10888
Foz do Iguaçu	9731
Toledo	3751,00
Marechal Cândido Rondon	2609
Medianeira	1129
Total da região	33419

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Conforme o IPARDES (2008), nesse setor se destaca a incorporação de força de trabalho com maior escolaridade e, conseqüentemente, com maior remuneração, sendo esse um aspecto essencial para o desenvolvimento da região, não somente porque significa maior potencial de consumo regional. Cascavel novamente é destaque também nesse setor, corroborando sua condição de maior polo de fomento e desenvolvimento das atividades que dão suporte à agroindústria.

Os municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu apresentam outras características, pois também se sobressaem nos serviços de saúde. Foz do Iguaçu se destaca no segmento de hotéis e alimentação, *campings*, cantinas e serviços de fornecimento de comida preparada e pronta (IPARDES, 2008).

Através dos dados visualizados na Tabela 13 a seguir, vê-se que o município de Diamante do Sul não possui mulheres atuando de forma produtiva no setor de serviços. A essa informação se segue que o município de Iracema do Oeste apresentou apenas uma ocupação feminina nesse setor, seguido dos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Ramilândia, com apenas 03 postos de trabalhos ocupados por mulheres. Já o município de Diamante do Oeste, que, no setor de comércio, apresentou 30 ocupações femininas, no setor de serviços apresenta apenas 06.

Tabela 13 – Municípios com os menores números de ocupação feminina no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Diamante do Sul	0
Iracema do Oeste	1
Espigão Alto do Iguaçu	3
Ramilândia	3
Diamante do Oeste	6
Total da região	33419

Fonte:Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

De tal modo se deu o processo que os municípios considerados polos são os que dispõem de uma gama mais ampla de serviços especializados, o que os coloca principalmente nos segmentos de educação e de saúde.

Já os municípios apontados na Tabela 13 são aqueles com a menor expressão no setor de serviços, e que se utilizam das estruturas dos municípios de maior expressão no setor, como é o caso dos municípios apontados na Tabela 12.

4.4 VARIAÇÕES DE RENDIMENTOS DAS MULHERES NO SETOR TERCIÁRIO NA REGIÃO OESTE PARANAENSE

O trabalho remunerado ocupa cada vez mais uma parte importante da vida das mulheres, que vêm crescentemente se profissionalizando e diversificando suas ocupações, pois muitas são as que assumiram a posição de chefes de família e, assim, sua renda deixou de ser apenas um complemento à renda familiar. Segundo Itaboraí (2003), o fato de as mulheres serem chefes de família mais que dobra suas chances de estarem trabalhando em comparação às mulheres que ocupam a posição de cônjuges em seus domicílios.

Segundo vários autores, como Montali (2006), Baltar e Leone (2008) e Bruschini (2007), observa-se que, na contemporaneidade, surge um novo padrão familiar de inserção no mercado de trabalho, no qual, cada vez mais, a mulher cônjuge assume o papel de coprovedora. Esse aumento tem se sustentado no crescimento da população ativa, que ocorre apesar da diminuição do ritmo global de crescimento da população, e se tem sustentado também na queda das taxas de participação de jovens do sexo masculino em postos de trabalho tradicionalmente por eles ocupados.

Assim, devido ao crescimento do número de lares onde a mulher é chefe de família, a análise que segue abaixo se reporta aos cinco municípios que pagam as mais baixas remunerações no setor terciário em 31 de dezembro de 2008.

Esses dados podem ser visualizados na tabela abaixo. Nela se percebe que Palotina remunera as mulheres que estão inseridas de forma produtiva no setor de comércio com o maior montante regional, ou seja, R\$ 794,95. Os municípios que são considerados polos regionais, sendo eles, Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo¹¹, ocupam a segunda, terceira e quarta colocação, sucessivamente, no *ranking* com as mais altas remunerações.

Tabela 14 – Municípios com as maiores remunerações femininas no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Palotina	794,95
Foz do Iguaçu	739,20
Cascavel	727,63
Toledo	712,68
Medianeira	703,94

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Quando, porém, se observam os municípios que transferem as menores remunerações às mulheres no setor de comércio nesse mesmo ano, percebe-se, através da Tabela 15 abaixo, que a diferença é de R\$ 328,01 entre o município de Palotina, que paga a mais alta remuneração, e o município de Campo Bonito, que atinge a primeira colocação no *ranking* dos municípios que pagam as mais baixas remunerações no setor de comércio.

Os municípios de Catanduvas, Ramilândia, Santa Lúcia e Iracema do Oeste estão no patamar de remunerações entre R\$ 485,00 a R\$ 498,84. Dessa forma, observa-se que os municípios de Ramilândia e Iracema do Oeste estão inclusos nas cinco primeiras colocações referentes às menores remunerações nos dois setores.

Na via oposta do processo, percebe-se, quando da análise regional, que os municípios apresentados na Tabela 15 são aqueles de menores remunerações quando a comparação é feita com o salário mínimo nacional, que está na faixa de R\$ 545,00, ou seja, os municípios que ocupam da primeira à quinta colocação pagam remunerações inferiores ao salário mínimo nacional.

¹¹ Conforme observado anteriormente, na Tabela 8, esses municípios foram os que apresentaram as três primeiras colocações com maior número de ocupações femininas nesse setor. Medianeira também se destaca, com a quinta colocação.

Tabela 15 – Municípios com as menores remunerações femininas no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Campo Bonito	466,94
Catanduvas	485,60
Ramilândia	497,67
Santa Lúcia	498,30
Iracema do Oeste	498,84

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Quanto ao setor de serviços, observa-se que a remuneração é superior àquela do comércio, pois, conforme IPARDES (2008), o setor de serviços é composto por mão de obra mais qualificada, com formação superior, o que justifica essa diferença salarial entre os setores, que alcança o patamar de 54,75% superior ao setor de comércio. O município de Iracema do Oeste apresentou, conforme tabela abaixo, a maior remuneração auferida pelas mulheres no setor de serviços, ou seja, R\$ 1.451,92.

O município de Diamante do Oeste ocupa a segunda colocação no *ranking* dos 50 municípios analisados. Já o município de Cascavel apresentou a mesma colocação no *ranking* do setor de comércio, ou seja, apresenta-se a terceira maior remuneração no setor de serviços. Os municípios que ocupam a quarta e quinta colocação apresentam remunerações entre as faixas de R\$ 1.103,11 a 1.086,19, sendo eles Braganey, Medianeira, respectivamente.

Tabela 16 – Municípios com as maiores remunerações femininas no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Iracema do Oeste	1451,92
Diamante do Oeste	1316,05
Cascavel	1277,25
Braganey	1103,11
Medianeira	1086,19

Fonte Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Na análise dos municípios que compõem a região Oeste do Paraná, com relação às mais baixas remunerações pagas às mulheres no setor de serviços, vê-se, com base na Tabela 17 abaixo, que a área tem em primeira colocação o município de Espigão Alto do Iguaçu, com R\$ 414,34, uma diferença em termos de reais de 1.037,58 com relação ao município de Iracema do Oeste que apresentou o maior salário neste setor. Em segunda colocação encontra-se o município de Francisco Alves, com remuneração de R\$ 541,56. Já no

patamar de R\$ 607,82 a 615,17 encontram-se os municípios de Entre Rios do Oeste e Pato Bragado.

Tabela 17 – Municípios com as menores remunerações femininas no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Feminino
Diamante do Sul	0,00
Espigão Alto do Iguaçu	414,34
Francisco Alves	541,56
Entre Rios do Oeste	607,82
Pato Bragado	615,17

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Em termos gerais, percebe-se que o setor de serviços possui uma remuneração feminina superior ao setor de comércio. Diante da análise dos cinco municípios com as maiores remunerações, encontrou-se na primeira colocação no setor de comércio o município de Palotina, com R\$ 794,95, e, no setor de serviços, o município de Iracema do Oeste, com a maior remuneração em R\$ 1.451,92, apresentando, assim, uma diferença de R\$ 656,97 superior na remuneração do setor de serviços em relação ao setor do comércio.

Comparando as mais baixas remunerações entre os dois setores enfocados neste estudo, percebe-se que o município de Campo Bonito apresentou a menor remuneração no setor de comércio (apresentou a remuneração de R\$ 466,94 até o valor de R\$ 498,84 referente à quinta colocação), já no setor de serviços, Espigão Alto do Iguaçu apresentou a menor remuneração (de R\$ 414,34 até o valor de R\$615,17 referente à quinta posição no *ranking* dos municípios com as menores remunerações). Diante disso, observa-se que, em média, o setor de serviços apresenta maiores remunerações em relação ao setor de comércio.

4.5 GÊNERO E DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS ENTRE HOMENS E MULHERES NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

As relações de gênero definem-se como uma construção sócio-histórica que envolve relações sociais complexas, opondo-se assim à ideia de que o equipamento biológico é suficiente para definir o feminino e o masculino, como relações de poder nas quais as mulheres ocupam posições e remunerações subalternas (NEVES, 1992).

Já os autores Cambota e Pontes (2006) e Okin (2008) argumentam que uma das características mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro é o diferencial entre gêneros e raças, sendo a discriminação considerada um componente relevante para explicar esse diferencial. Esse diferencial de salários pode ocorrer de duas formas, sendo (i) através da discriminação salarial pura ou (ii) através da segregação ocupacional. A discriminação pura ocorre quando indivíduos igualmente produtivos alocados em postos de trabalho da mesma produtividade recebem salários distintos.

Essa realidade social e econômica é observada na mesorregião Oeste, tendo em vista o fato de a sua colonização ter sido conservadora em termos de remuneração salarial, ou seja, transfere baixos salários a todos, porém, em função da cultura machista do processo econômico, as mulheres recebem remunerações mais baixas com relação àquelas pagas aos homens. Essa situação é visualizada através da análise da tabela abaixo.

Tabela 18 – Municípios com as maiores diferenças salariais entre homens e mulheres no setor de comércio, segundo mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem %
Iracema do Oeste	1492,82	498,84	66,58
São Pedro do Iguaçu	1641,91	579,68	64,69
Nova Santa Rosa	1280,34	519,98	59,39
Maripá	1415,59	647,00	54,29
Braganey	1021,72	508,83	50,2

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

A remuneração da mulher no setor do comércio é 66,58% menor do que aquela auferida para os homens no município de Iracema do Oeste, sendo que este ocupa a primeira colocação no *ranking* dos cinco municípios com as maiores diferenças salariais da região Oeste. Em segunda colocação encontra-se o município de São Pedro do Iguaçu, com a diferença em reais de 1.062,23, da remuneração do homem para a mulher, ou seja, a mulher recebe -64,69% do que o homem no mesmo setor. Já no patamar de 59,39% a 50,20%, ali se encontram os municípios de Nova Santa Rosa, Maripá e Braganey. Esses dados vêm de encontro com os estudos acima citados, ou seja, as mulheres ainda recebem remunerações inferiores aos homens no mesmo setor.

Segundo Baltar e Leone (2008), como há sobrerrepresentação das mulheres em determinadas atividades, o gênero constitui-se um critério para criar espaços de trabalho diferenciados e hierarquizados, marcando, assim, as oportunidades dos indivíduos no mercado

de trabalho, criando restrições às mulheres e limitando suas possibilidades de mobilidade e reforçando a disparidade de remunerações entre homens e mulheres.

A diferença salarial é igualmente percebida também na Tabela 19. Observa-se que, dentre os 50 municípios que compõem a região Oeste, apenas no município de Diamante do Sul a remuneração da mulher nesse setor do comércio é 19,75% maior do que aquele pago ao homem. Cabe destacar que esse município é o que apresenta o menor número de ocupações nesse setor diante da análise dos municípios que compõem a região, ou seja, ocupa apenas oito mulheres. Esse dado comprova que ainda há uma grande diferença salarial entre homens e mulheres na mesorregião no setor do comércio.

Tabela 19 – Municípios com as menores diferenças salariais entre os homens e mulheres no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem %
Diamante do Sul	501,53	600,56	19,75
Jesuítas	653,48	613,48	6,12
Formosa do Oeste	666,52	580,43	12,92
Foz do Iguaçu	861,56	739,20	14,2
Cafelândia	719,21	593,66	17,46

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Em segunda colocação temos o município de Jesuítas, com 6,12%, ou seja, a remuneração paga ao homem é de R\$653,48 e da mulher chega a R\$ 613,48. O município de Formosa do Oeste apresenta uma diferença de 12,92% superior ao salário feminino. Cabe destacar que o município de Foz do Iguaçu possui 5.721 mulheres trabalhando de forma produtiva no setor de comércio conforme Tabela 11, e ocupa a quarta colocação no *ranking* dos municípios com as menores diferenças salariais entre o homem e a mulher. Mesmo empregando esse número de mulheres, paga 14,20% a menos do que a remuneração paga ao homem nesse setor.

A análise refere-se também ao setor de serviços, e pode-se constatar, através da Tabela 20 abaixo, que o município de Quatro Pontes apresenta a maior diferença salarial, onde o homem chega a receber 51,28% a mais do que a mulher nesse setor. Comparando os dois setores enfocados neste estudo, observa-se que o setor de comércio apresenta a maior diferença salarial, atingindo o percentual de 66,58% e, com base na Tabela 38, esse percentual maior chega a 51,28%, ou seja, o setor de comércio apresenta ainda o maior percentual, onde o homem auferia a maior remuneração.

Tabela 20 – Municípios com as maiores diferenças salariais entre homens e mulheres no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem %
Quatro Pontes	1378,44	671,55	51,28
Vera Cruz do Oeste	1642,83	802,45	51,15
Entre Rios do Oeste	1184,98	607,82	48,71
Ramilândia	1516,05	822,79	45,73
Corbélia	1404,17	767,53	45,34

Fonte: Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

No município de Vera Cruz do Oeste, a remuneração do homem é 51,15% superior à da mulher no setor de serviços, e na faixa de 48,71% a 45,34% encontram-se os municípios de Entre Rios do Oeste, Ramilândia, Corbélia.

Com base na Tabela 21 abaixo, podem-se observar as cinco colocações referentes aos municípios que compõem a região, que apresentam as menores diferenças salariais entre o que pagam ao homem e à mulher, ou seja, a remuneração do homem ainda é superior à remuneração da mulher, pois apenas no município de Tupãssi a mulher recebe uma remuneração superior ao homem, atingindo a taxa de 2,95% superior. O município de Nova Santa Rosa apresenta o percentual de 4,28%, ou seja, o homem recebe uma remuneração de R\$ 997,32 e a mulher R\$ 954,67. Braganey paga à mulher uma remuneração com uma taxa de 5,08% a menos daquela paga ao homem.

Tabela 21 – Municípios com as menores diferenças salariais entre os homens e as mulheres no setor de serviços, segundo a mesorregião Oeste do Paranaense em 31/12/2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem %
Tupãssi	991,97	1022,17	2,95
Nova Santa Rosa	997,32	954,67	4,28
Braganey	1162,15	1103,11	5,08
Três B. do Paraná	1044,08	965,80	7,5
Campo Bonito	1028,22	942,16	8,37

Fonte Ministério do Trabalho – RAIS, 2008.

Diante da análise dos dados, percebe-se que o município de Cascavel é considerado, pelo IPARDES (2008), como maior destaque no setor de serviços, nos ramos de educação e saúde, apresentando 10.888 mulheres inseridas de forma produtiva nesses setores, ou seja, o município com o maior número de mulheres dos municípios que compõem a mesorregião Oeste, e com a diferença salarial transfere ao homem uma taxa de 13,68% a mais daquela remuneração paga para a mulher, ocupa a sétima colocação entre os municípios que

apresentam as menores taxas da remuneração do homem para a remuneração da mulher. Esse dado pode ser observado na tabela no Apêndice 1.

O município de Toledo manteve a terceira colocação dentre os cinco municípios da região Oeste que apresentaram os maiores números de ocupações femininas no setor de serviços, com 3.751 ocupações, e diante da análise da diferença salarial.

Em suma, constata-se que, dos 50 municípios analisados, apenas no município de Diamante do Sul, no setor de comércio, a mulher auferiu remuneração de 19,75% superior àquela paga ao homem nesse mesmo setor em 2008. A maior diferença de remuneração do homem para a mulher chega a 66,58%, no município de Iracema do Oeste.

Já no setor de serviços, apenas o município de Tupãssi transfere à mulher uma remuneração superior a do homem em 2,95%, isso em relação aos 50 municípios que compõem a mesorregião Oeste do Paraná. E o homem chegou a receber a maior taxa de 51,28% superior da mulher no município de Quatro Pontes.

Com base na análise dos dados apresentados pelas tabelas, pode-se constatar que, na região Oeste Paranaense, a mulher ainda é discriminada por fatores como gênero, e discriminações salariais afirmadas pelos autores que discutem essa realidade social e econômica citadas no referencial teórico deste trabalho.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia escolhida para desenvolver a presente dissertação é denominada pesquisa quantitativa, pois se fundamenta em coleta de informações para quantificar dados e opiniões e, assim, produzir uma interpretação significativa para determinada realidade de estudo devidamente delimitada. Dessa busca de significado faz parte descrever a complexidade de uma determinada hipótese e analisar a interação das variáveis. Oliveira (2000) e Belloni (2000) definem esse método como:

[...] uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apóia-se no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais seja a incapacidade estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos [...] os métodos quantitativos supõem uma população de observação comparável entre si, e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser [...].

Segundo Richardson (1999), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.

O autor afirma que a pesquisa quantitativa visa à garantia da precisão de resultados, possibilitando assim uma margem de segurança quanto às inferências, sendo comum em estudos descritivos.

Diferente do método quantitativo, que emprega meios estatísticos, o método qualitativo direciona-se para os significados das ações e das relações humanas, “[...] um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas”. A pesquisa qualitativa vem explorar as técnicas de observação e entrevistas devido à qualidade que se introduz na complexidade de um problema, segundo os estudos de Deslandes (1994) e de Richardson (1999).

Já a pesquisa exploratória é descrita por Gil (1999), tendo como:

[...] principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...] envolvem levantamento bibliográfico e documental.

Este trabalho também se caracteriza como um “Estudo de Caso”, pesquisa que, segundo Gil (1999), se caracteriza no estudo exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

No desenvolvimento deste estudo fez-se uso de dados primários e secundários. Segundo Mattar (2001), dados primários são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisadores, e que não são coletados com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento. Já os dados secundários já foram coletados, tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, pois que estão catalogados e à disposição dos interessados.

O objeto de pesquisa do presente trabalho é a análise das características sociais e econômicas da inserção das mulheres filiadas junto às unidades do SESC na região Oeste do Paraná que atuam no setor terciário da economia, no interregno de tempo de 2006 a 2010.

Na região Oeste do Estado existem 04 unidades centrais do SESC, localizadas nos municípios de Cascavel¹², Toledo¹³, Marechal Cândido Rondon¹⁴ e Foz do Iguaçu¹⁵, que atendem os trabalhadores formais que atuam no setor terciário, atendimento esse realizado através de atividades voltadas à saúde, à assistência social, ao lazer e ao esporte.

Cabe destacar que, para os trabalhadores desse setor se tornarem-se filiados junto às unidades do SESC, eles necessitam estar trabalhando formalmente e apresentarem no ato da filiação sua carteira profissional de trabalho, pois seu cadastro está vinculado à empresa na qual trabalha, sendo assim todos os filiados estão inseridos formalmente no setor terciário. O universo da pesquisa refere-se exclusivamente às mulheres que trabalham com carteira assinada no setor terciário da economia na região Oeste.

Atualmente, na unidade do SESC em Cascavel existem 2.622 mulheres que trabalham com carteira assinada no setor terciário, já a unidade de Toledo possui o total de

¹² Municípios atendidos através unidade do SESC em Cascavel: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Quedas do Iguaçu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Três Barras do Paraná, Vera Cruz do Oeste, Cascavel.

¹³ Municípios atendidos através da unidade do SESC em Toledo: Assis Chateaubriand, Francisco Alves, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Jesuítas, Maripá, Ouro Verde do Oeste, Palotina, São Pedro do Iguaçu, Tupãssi e Toledo.

¹⁴ Municípios atendidos através unidade do SESC em Marechal Cândido Rondon: Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Guaíra, Mercedes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon.

¹⁵ Municípios atendidos através da unidade de Foz do Iguaçu: Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

1.266, Marechal Cândido Rondon apresenta 727 mulheres e Foz do Iguaçu apresenta 1.786 mulheres.

O tamanho da amostra foi definido durante o desenvolvimento do trabalho, ficando estabelecido em 10% do total geral existente, devido ao fato de que é caracterizada como vantagem dos planos de amostragem a operação com um menor tamanho de amostra, associado ao fato de que amostragens menores reduzem o fator custo e tempo em uma pesquisa de campo, de acordo com Montgomery et al. (2004).

Com base nessa argumentação, a amostra foi estabelecida nos 10% já citados. Assim, o questionário foi aplicado junto às 04 unidades do SESC nesses municípios. Na unidade do SESC em Cascavel foram aplicados 262 questionários, em Toledo aplicaram-se 126 questionários, em Marechal Cândido Rondon aplicaram-se 72 questionários e em Foz do Iguaçu, 178 questionários, compondo uma amostra total de 638 mulheres. A aplicação do questionário deu-se nas 04 unidades do SESC citadas acima e assumiu o critério da aceitabilidade das mulheres que frequentam o SESC oriundas dos municípios aos quais as 04 unidades prestam atendimentos. Para elencar e apresentar os dados foi realizado o uso de indicadores, tomando-se como modelo a tese de doutorado Rippel (2007).

O questionário foi elaborado utilizando 06 indicadores para elencar as características sociais e econômicas, sendo eles:

- Indicador I – Identificação do sujeito: faixa etária, estado civil e grau de instrução;
- Indicador II – Identificação familiar: possui filhos, número de filhos, responsável pelos cuidados com os filhos e composição familiar;
- Indicador III - Identificação da atividade profissional e atividades domésticas: profissão, carga horária, hora extra, ressarcimento das horas extras, realização das atividades domésticas, horas destinadas e auxílio do esposo;
- Indicador IV - Indicador econômico: chefe da família, renda pessoal, renda familiar e renda do esposo;
- Indicador V - Indicador motivacional: estímulo para o trabalho, idade de inserção no mercado de trabalho, aprimoramento profissional, área do aprimoramento e satisfação com o trabalho;
- Indicador VI - Indicador gênero: colegas homens desempenhando a mesma função, a renda dos colegas homens é superior, discriminação por gênero.

Já com relação aos dados secundários, foram obtidos junto a diversos órgãos, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Ministério do Trabalho-RAIS, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, entre outros. O objetivo da obtenção de dados secundários é o de quantificar o número de trabalhadoras no setor terciário na mesorregião foco de estudo desta pesquisa e as diferenças de rendimentos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 PERFIL ECONÔMICO, SOCIAL E FAMILIAR DAS MULHERES OCUPADAS NO SETOR TERCIÁRIO NA MESORREGIÃO OESTE PARANAENSE.

Para a realização da pesquisa de campo, utilizou-se a aplicação de questionários às mulheres do setor terciário atendidas nas unidades do SESC nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo, unidades que, juntas, atendem à demanda dos 50 municípios que compõem a região Oeste Paranaense já citados na metodologia deste trabalho. A amostra limitou-se, então, a 638 mulheres que trabalham no setor terciário nesses municípios e o objetivo principal era obter dados para analisar a inserção das mulheres filiadas ao Serviço SESC no setor terciário na região Oeste Paranaense, destacando as características sociais e econômicas no interregno de tempo de 2006 a 2010. Desse modo, vários foram os elementos apontados. Vejamos cada um deles de modo específico.

6.1.1 Indicador I - Identificação do sujeito, faixa etária, estado civil, profissão e grau de instrução

O primeiro indicador utilizado refere-se ao perfil das mulheres pesquisadas, com dados sobre a faixa etária, o estado civil e o grau de instrução, dados esses apresentados na tabela abaixo.

Tabela 22 – Identificação dos sujeitos, segundo as unidades do SESC

Indicadores		Cascavel	Marechal Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Faixa Etária	15 a 19 anos	18,00%	9,70%	6,30%	15,00%
	20 a 24 anos	21,00%	17,00%	13,00%	26,00%
	25 a 29 anos	19,00%	15,00%	26,00%	18,00%
	30 a 39 anos	30,00%	29,00%	36,00%	23,00%
	40 a 49 anos	9,20%	21,00%	15,00%	10,00%
	50 a 59 anos	3,80%	8,30%	3,20%	7,90%
Estado Civil	Solteira	34,00%	35,00%	32,00%	47,00%
	Casada	49,00%	42,00%	44,00%	41,00%
	Marital/União Estável	11,00%	14,00%	14,00%	5,10%
	Divorciada	5,30%	9,70%	6,30%	5,60%
	Viúva	0,40%	0,00%	2,40%	1,10%
Grau de Instrução	Sem instrução	0,40%	0%	0%	1,10%
	Ensino Fundamental	6,50%	15,00%	10,00%	15,00%
	Ensino Médio	66,00%	39,00%	50,00%	60,00%
	Superior Incompleto	19,00%	26,00%	18,00%	17,00%
	Superior Completo	7,60%	11%	12,00%	5,60%
	Pós-Graduada	0,40%	8,30%	9,50%	1,10%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Assim, através da aplicação do questionário e ao analisar os indicadores do sujeito, com relação à idade das trabalhadoras, observou-se, no Tabela 22, que a mais alta taxa de atividade feminina nas unidades do SESC em Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo é encontrada entre as mulheres de 30 a 39 anos. A unidade de Toledo apresenta a maior concentração nessa faixa etária, ou seja, 36% das mulheres pesquisadas. Já a unidade de Cascavel apresenta a segunda colocação, com um percentual de 30%, seguida da unidade de Marechal Cândido Rondon, com 29%. Já a unidade de Foz do Iguaçu apresentou a maior concentração de mulheres jovens, ou seja, na faixa etária entre 20 a 24 anos, correspondendo a 26%.

Então, mediante a análise dos dados, percebe-se que a maior concentração de trabalhadoras está na faixa de 30 a 39 anos. Esse fato, segundo Bruschini (2000), relaciona-se à mudança nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel da mulher, padrões e valores que alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas às novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil das

trabalhadoras, que, até o final dos anos 1970, eram, em sua maioria, jovens, solteiras e sem filhos, e passaram a ser mais velhas, casadas e mães.

Tanto essa é a nova realidade que Oliveira e Soares (2003) afirmam que é justamente por volta dessa faixa etária, 30 a 39 anos, ou nessa fase do ciclo de vida, que uma parcela importante das mulheres já tem os filhos crescidos, ou seja, os filhos já são adultos ou, pelo menos, adolescentes. E essa circunstância permite que um grupo de mulheres se libere de parte dos encargos domésticos, aqueles que, por tradição, permanecem reservados à população feminina, e se volte para a busca de uma colocação no mercado de trabalho.

Então vê-se que a concentração de mulheres ocupadas no grupo etário de 30 a 39 anos de idade mostra um padrão tardio da inserção feminina no mercado de trabalho, o que permite inferir que o trabalho da mulher ainda está condicionado a uma articulação dos tradicionais papéis sociais com a função no mercado de trabalho.

A realidade acima apontada é coerente com o fato de, ao analisar a faixa etária compreendida entre 50 a 59 anos, se observarem os menores índices, sendo eles: unidade de Toledo (com 3,2%), unidade de Cascavel (3,8%), unidade de Foz do Iguaçu (com 7,9%) e unidade de Marechal Cândido Rondon (com 8,3%).

Ademais, na pesquisa de campo, buscou-se também identificar o estado civil das entrevistadas. Assim, as unidades de Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon apresentaram a maior concentração de mulheres casadas, com 49%, 44% e 42% sucessivamente. Somente na unidade de Foz do Iguaçu apresentou o maior percentual de mulheres na condição de solteiras, ou seja, 47% das entrevistadas. Esse fato possui relação com a faixa etária que a unidade apresentou, com maior concentração entre 20 a 24 anos.

Já diante da análise do grau de instrução observado também na tabela anterior, percebe-se que o predomínio de ensino médio concluído, sendo 66% na unidade de Cascavel, 60% na unidade de Foz do Iguaçu, 50% na unidade de Toledo e 39% na unidade de Marechal Cândido Rondon. Apenas as unidades de Foz do Iguaçu e Cascavel apresentaram 1,1% e 0,4% das entrevistadas, sucessivamente, sem instrução, ou seja, analfabetas. Em termos de números, a unidade de Cascavel, diante da análise das entrevistadas, apenas 01 mulher não é alfabetizada e a unidade de Foz do Iguaçu apresentou 02 mulheres analfabetas.

Isso condiz com o que Baltar e Leone (2008) argumentam quando apontam que as mulheres de famílias com condição socioeconômica mais desfavorecida e com menor grau de escolaridade ainda apresentam uma parcela limitada na atividade econômica. Também mostra que as pessoas estão tendo maior acesso à educação, dado o desenvolvimento da região.

Cabe ressaltar a alta taxa das mulheres pesquisadas nas unidades que estão frequentando o ensino superior, com 26% das entrevistadas da unidade de Marechal Cândido Rondon, com 19% na unidade de Cascavel, com 18% na unidade de Toledo e com 17% na unidade de Foz do Iguaçu. Dessa forma, percebe-se que o acesso à educação impulsionou a mulher para o mercado de trabalho.

Sobre esse maior acesso à educação, Bruschini (2007) argumenta que esse dado tem sido reiterado pela literatura, qual seja, o da associação entre aumento de escolaridade e maior participação das mulheres no mercado de trabalho, associação que é intensa. As mulheres mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de atividades, não só porque o mercado de trabalho é mais receptivo ao trabalhador mais qualificado de modo geral, mas também porque elas podem ter atividades mais gratificantes e bem remuneradas, que compensam os gastos com a infraestrutura doméstica necessária para suprir sua saída do lar.

Já para os autores Itaborai (2003), Baltar e Leone (2008), a educação, que é importante na predição do trabalho feminino, apresenta o efeito de cada ano a mais de estudo representar 16% mais chances de inserção ocupacional. Consideram ainda que a educação seja uma credencial para o acesso aos diferentes tipos de ocupação, ou seja, as participações de emprego com carteira de trabalho aumentam com a escolaridade.

6.1.2 Indicador II: Identificação familiar: composição familiar

O perfil apresentado pelas entrevistadas: mais velhas, casadas e mães revela uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho como para a família. Nas últimas décadas do século XX, o país passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais e que tiveram grande impacto sobre o aumento do trabalho feminino (BRUSCHINI, 2007).

A queda das taxas de fecundidade tem, como consequência, a redução do número de filhos, as mudanças nos padrões culturais, o envelhecimento da população com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres em relação aos homens e o crescente número de lares chefiados por mulheres. Todas essas mudanças nos padrões culturais alteram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. Essa nova característica da inserção feminina é percebida também na amostra pesquisada, como é

possível identificar nos dados relacionados à composição familiar, visualizados na tabela a seguir.

Tabela 23 – Identificação da família, segundo as unidades do SESC

Identificação da família		Cascavel	Marechal Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Possui filhos	Sim	51,00%	56,00%	60,00%	50,00%
	Não	48,00%	44,00%	39,00%	50,00%
Número de Filhos	01 filho	62,00%	32,50%	42,85%	55,00%
	02 filhos	27,94%	45,00%	35,06%	24,71%
	03 filhos	8,08%	15,00%	15,58%	13,48%
	04 filhos	1,47%	2,50%	5,19%	5,61%
	05 filhos	-	5,00%	1,29%	1,12%
Responsável pelos cuidados	Centro de E. I.	32,33%	42,50%	38,46%	24,44%
	Avós	39,84%	17,50%	28,20%	23,33%
	Pais	3,75%	12,50%	3,84%	11,11%
	Outros	24,06%	27,50%	25,64%	41,11%
Composição Familiar	01 pessoa	4,20%	11,00%	4,00%	5,10%
	02 pessoas	21,00%	24,00%	22,00%	31,00%
	03 pessoas	34,00%	24,00%	28,00%	22,00%
	04 pessoas	25,00%	24,00%	28,00%	17,00%
	Acima de 05 pessoas	14,00%	15,00%	17,00%	25,00%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Ao analisar a composição familiar na Tabela 23, tomando como base a presença de filhos, observou-se que a unidade de Toledo apresentou a taxa de 60% das entrevistadas com filhos, seguida da unidade de Marechal Cândido Rondon com 56% das entrevistadas com filhos e 51% na unidade de Cascavel. A unidade de Foz do Iguaçu apresentou a menor taxa, com 50% das entrevistadas com filhos.

Observando-se a quantidade de filhos, percebe-se que: na unidade de Cascavel, 62% das pesquisadas que possuem filhos, possuem apenas 01 filho; na unidade de Foz do Iguaçu, das 50% das mulheres que possuem filhos, 55% delas possuem apenas 01 filho; e a unidade de Toledo apresentou 42,85% das mulheres com apenas 01 filho. Somente a unidade de Marechal Cândido Rondon apresentou 45% das mulheres que possuem filhos na faixa de 02 filhos.

Percebe-se que a maioria das mulheres possui de 01 a 02 filhos. Segundo Itaboraí (2003), analisando-se o tipo de arranjo familiar, nota-se que as mulheres com filhos apresentam 22% a menos de chances de se dedicarem ao trabalho extradoméstico. A idade do

filho mais novo também é um preditor importante, demonstrando que as mulheres com filhos mais velhos, ou sem filhos, têm, progressivamente, mais chances de trabalhar fora.

Um fator importante que possibilita ou não o trabalho das mulheres que são mães são os arranjos de cuidado infantil que permitem a ausência da mulher em casa. Dessa forma, a possibilidade de a mulher trabalhar depende das alternativas concretas dos cuidados com os filhos.

Nas unidades de Marechal Cândido Rondon, Toledo e Foz do Iguaçu, a maioria das crianças permanecem nos centros de educação infantil, ou seja, 42,5%, 38,46% e 24,44% sucessivamente. Observa-se que as crianças permanecem em estabelecimentos de ensino. Esse dado deve-se, pelo menos em parte, ao fato de a estrutura de creches públicas atenderem em período integral, onde as mães deixam seus filhos no período matutino e vespertino.

Apenas a unidade de Cascavel apresentou a maior parte das crianças, ou seja, 39,84%, sendo cuidadas pelos avós no período em que a mãe trabalha. Dentre os arranjos alternativos para a mãe poder trabalhar fora de casa, o cuidado por avós ou parentes predomina fortemente nas classes baixa e média (ITABORAÍ, 2003).

Diante dessas dificuldades enfrentadas pelas mães, o estudo das preferências reprodutivas tem revelado uma tendência de homogeneização, visto que, em todas as agrupações, elas demonstram a intenção de ter um número reduzido de filhos. Dessa forma, o engajamento profissional da mulher é, de fato, uma variável relacionada às principais mudanças na família, afetando inclusive as preferências reprodutivas e favorecendo o rompimento das uniões. Assim, o trabalho feminino tem sido associado como causa ou condição para as mudanças em curso nas relações de gênero e, finalmente, no formato da família (ITABORAÍ, 2003).

Ao se examinarem as características relativas à composição familiar, observou-se que, entre as entrevistadas, o tamanho da família está concentrado entre 02 a 04 pessoas. Na unidade de Cascavel, 34% das entrevistas possuem 03 pessoas na unidade familiar, já na unidade de Toledo observa-se que 24% apresentam 02 pessoas no grupo familiar, 24% apresentam até 03 pessoas e 24% apresentam até 04 pessoas. A unidade de Toledo apresentou a taxa de 28% na concentração de 02 pessoas na unidade familiar e 28% na concentração de 03 pessoas na unidade familiar. Já a unidade de Foz do Iguaçu manteve sua concentração em 31,5% em apenas 02 pessoas na unidade familiar. Esses índices comprovam a redução do número de pessoas que compõem a unidade familiar.

6.1.3 Indicador III: Atividade profissional e atividades domésticas

Segundo Oliveira e Soares (2004), percebe-se que os avanços no campo de trabalho feminino demonstram que atualmente o papel da mulher cada vez mais transcende as tradicionais funções de mãe, esposa e responsável pelo lar, para uma nova tarefa, que é a provisão da renda da família. Na contramão, porém, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não significou uma composição por sexo mais diversificada entre ocupações e uma igualdade nas relações de trabalho.

Com base nesse novo cenário, a Tabela 24 refere-se à profissão desenvolvida pelas mulheres pesquisadas, a carga horária e a realização de horas extras, apontando a panorama vivenciado por elas.

Tabela 24 – Identificação da atividade profissional, segundo as unidades do SESC

Atividade Profissional		Cascavel	M. Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Profissão	Atendente de Caixa	16%	19%	25%	17%
	Vendedora	52%	40%	31%	63%
	Gerente	4,20%	18%	6,30%	8,40%
	Telefonista	1,10%	1,40%	3,20%	0%
	Serviços Gerais	5,30%	14%	12%	3,40%
	Recepcionista	3,40%	6,9%	8,70%	3,40%
	Outra	17%	0%	14%	3,90%
Carga horária	4 horas	0,00%	0,00%	0,80%	0,60%
	6 horas	11,00%	4,20%	2,40%	5,10%
	8 horas	87,00%	94,00%	92,00%	83,00%
	12 horas	1,50%	1,40%	4,80%	11,00%
Horas extras	Sim	66,00%	38,00%	47,00%	50,00%
	Não	33,00%	58,00%	53,00%	50,00%
Ressarcimento das horas	Recebimento	27,58%	59,55%	52,54%	50,09%
	Compensação	72,42%	44,44%	47,46%	49,91%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

No que diz respeito à profissão das pesquisadas, percebeu-se que a maior parte das entrevistadas concentra-se, em termos de área de atividade, na profissão de vendedora. A unidade de Foz do Iguaçu apresentou o maior percentual (de 63%), seguida da unidade de Cascavel (com 52%), 40% referente à unidade de Marechal Cândido Rondon e 31% na unidade de Toledo. Já a segunda ocupação refere-se à função de atendente de caixa, com o percentual de 25% na unidade de Toledo, 19% na unidade de Marechal Cândido Rondon,

17% na unidade de Foz do Iguaçu e 16% na unidade de Cascavel. Observa-se que a presença das mulheres nessas atividades é histórica. Nas economias pré-capitalistas observou-se a presença da mulher nas lojas, nos mercados e nas oficinas, pois essas ocupações eram consideradas adequadas ao gênero (SAFFIOTI, 1979).

Cabe destacar que a unidade de Cascavel apresentou uma grande variação de atividades, pois 17% das entrevistadas exercem atividades voltadas para a área administrativa, com destaque para as funções de analista de crédito, *marketing* e analista de recursos humanos. A unidade de Toledo também demonstrou variação nas atividades, pois 12 mulheres da amostra exercem a profissão de administradoras, 03 são professoras e 03 técnicas em enfermagem. Já na unidade de Foz do Iguaçu, das 178 mulheres pesquisadas, 06 exercem a profissão de administradoras e 01 enfermeira.

Ainda na Tabela 24 se vê que, quanto à carga horária diária para o trabalho, prevalece a de 08 horas: na unidade de Marechal Cândido Rondon são 94% das mulheres; na unidade de Toledo, 92%; na unidade de Cascavel, 87%; e na unidade de Foz do Iguaçu, 83%. Dessa forma, a carga horária de trabalho diário é, em média de 08 horas, o que condiz com a prática nacional.

Via de regra, porém, tal qual foi analisado no Capítulo 05, vê-se que, em geral, a renda é baixa, o que acarreta a necessidade de essas profissionais realizarem horas extras. Percebe-se que, na unidade de Cascavel, 66% das mulheres pesquisadas realizam horas extras e a forma que a empresa utiliza para compensar a geração de horas extras é através da compensação durante a semana, em horários em que seus filhos permanecem na escola, o que dificulta o convívio familiar.

Na unidade de Foz do Iguaçu, 50% das mulheres realizam horas extras e 50,09% das empresas efetuam o pagamento. Percebe-se que há uma maior satisfação por parte dessas mulheres diante do recebimento monetário das horas extras, apesar de relatarem o cansaço físico e a ausência no convívio com a família. Esse cenário também foi observado na unidade de Toledo, em que 47% das mulheres realizam horas e 52,54% das empresas efetuam o pagamento.

A unidade de Marechal Cândido Rondon apresentou o menor índice de mulheres que realizam horas extras, ou seja, 38% e 59,55% das empregadas efetuam o pagamento dessas horas.

Outro fator relacionado ao cotidiano das pesquisadas está relacionado ao fato da dupla jornada de trabalho, ou seja, a realização também das atividades domésticas. Assim, a Tabela 25 de mostra a realidade vivenciada pelas mulheres pesquisadas.

Tabela 25 – Realização das atividades domésticas, segundo as unidades do SESC

Atividade Doméstica		Cascavel	M. Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Realiza	Sim	83,00%	90,00%	87,00%	79,00%
	Não	15,00%	9,70%	13,00%	21,00%
Horas destinadas	1 a 2 horas	60,55%	43,07%	29,09%	52,51%
	2 a 3 horas	26,14%	36,92%	40,00%	27,33%
	3 a 4 horas	10,55%	20,00%	22,72%	19,42%
	Acima de 5 horas	2,75%	-	10,00%	0,71%
Auxílio do esposo	Sim	71,25%	70,73%	69,04%	78,40%
	Não	28,75%	29,27%	30,96%	21,60%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Observa-se que, das mulheres pesquisadas nas 04 unidades do SESC foco deste trabalho, observa-se que 90% das mulheres na unidade de Foz do Iguaçu responderam afirmativamente à pergunta sobre a realização dos afazeres domésticos, seguidas de 87% na unidade de Toledo, 83% na unidade de Cascavel e 79% na unidade de Foz do Iguaçu.

E ao elas serem questionadas, na pesquisa, sobre se os seus companheiros as auxiliam no desenvolvimento das atividades domésticas, observou-se uma evidente desigualdade por gênero, pois na unidade de Toledo 30,94% dos cônjuges não auxiliam nas atividades domésticas, já na unidade de Marechal Cândido Rondon 29,27% dos cônjuges não realizam atividades de organização do lar, seguido da unidade de Cascavel com uma taxa de 28,75% dos cônjuges que não auxiliam suas esposas na organização do lar. Na unidade de Foz do Iguaçu observa-se a menor taxa, pois apenas 21,60% dos cônjuges não auxiliam na realização dos afazeres domésticos.

Esse resultado também é apontado nas pesquisas de Bruschini (2007), observando-se que as mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos e com os demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas.

Com base nesses dados, percebe-se que o trabalho feminino para algumas representa maior poder de barganha na relação familiar, para outras, uma vez que ocorre ou se acumula com outras atividades familiares e domésticas, seriam questionáveis os efeitos benéficos do trabalho para a vida feminina, pois o aumento da autonomia feminina se transforma em uma sobrecarga para aquelas que exercem a dupla jornada de trabalho.

Ao serem questionadas sobre qual é o sentimento referente à realização da dupla jornada de trabalho, sendo que foram questionadas somente aquelas que responderam

“sim” na realização da atividade doméstica, observamos que 62% das mulheres entrevistadas na unidade de Marechal Cândido Rondon 58,77% na unidade de Cascavel, 56,96% das mulheres da unidade de Foz do Iguaçu e 52,38% das mulheres entrevistadas na unidade de Toledo se sentem cansadas, sobrecarregadas, com sentimento de culpa por não disporem do tempo adequado para dar atenção aos filhos. Sentem-se desvalorizadas, estressadas, sem tempo para o lazer.

6.1.4 Indicador IV: Condição de renda familiar, pessoal e chefe de família

As mudanças no mercado de trabalho a partir dos anos 1990, mudanças que redefiniram o padrão de absorção da força de trabalho e, por outro lado, as alterações nos arranjos familiares de inserção associadas a esses processos e às transformações do papel da mulher na família e na sociedade, fizeram crescer a importância da participação das cônjuges e das chefes de família no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que passam a ter papel de destaque para a composição dos rendimentos familiares (MONTALLI, 2006).

Além da mudança nos arranjos de inserção dos componentes da família, é possível observar o crescente aumento do número das mulheres que se tornaram chefes de família. Nesse sentido, através da aplicação do questionário junto à amostra, observa-se, na Tabela 26, que a unidade de Marechal Cândido Rondon apresentou a maior taxa de mulheres que são chefes de família, ou seja, 39%%; em segunda está colocada a unidade de Foz do Iguaçu, que apresentou uma taxa de 33% das mulheres; seguida da unidade de Toledo, com 25%; e da unidade de Cascavel, com 20%. Nesse sentido, Itaboraí (2003) argumenta que o fato de a mulher ser chefe de família mais que dobra suas chances de estar trabalhando.

Tabela 26 – Indicador econômico, segundo as unidades do SESC

Indicador Econômico		Cascavel	M. Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Chefe de família	Sim	20,00%	39,00%	25,00%	33,00%
	Não	79,00%	60,00%	75,00%	67,00%
Renda pessoal	0 a 1 salário	29,00%	24,00%	21,00%	37,00%
	1 a 2 salários	45,00%	43,00%	51,00%	47,00%
	2 a 3 salários	17,00%	18,00%	11,00%	11,00%
	3 a 4 salários	5,70%	6,90%	10,00%	2,80%
	4 a 5 salários	1,90%	4,20%	3,20%	1,70%
	> 5 salários		4,20%	4,00%	1,10%
Renda familiar	0 a 1 salário	2,30%	5,60%	1,60%	7,30%
	1 a 2 salários	14,00%	18,00%	14,00%	22,00%
	2 a 3 salários	31,00%	26,00%	23,00%	31,00%
	3 a 4 salários	26,00%	21,00%	26,00%	22,00%
	4 a 5 salários	11,00%	15,00%	14,00%	9,00%
	>5 salários	14,00%	14,00%	21,00%	7,30%
Esposo com renda superior	Sim	76,58%	77,50%	68,90%	70,73%
	Não	23,42%	22,50%	32,10%	29,27%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Um fato importante apontado também na Tabela 26 refere-se à renda pessoal, em que se constatou que a maioria das mulheres em todas as unidades estudadas recebe uma renda pessoal de 01 a 02 salários mínimos. Na unidade de Toledo, 51% das mulheres entrevistadas recebem de 01 a 02 salários mínimos; seguida da unidade de Foz do Iguaçu, com 47%; da unidade de Cascavel, com 45%; e da unidade de Marechal Cândido Rondon, com 43% das mulheres recebendo na faixa salarial de 01 a 02 salários mínimos.

A Tabela 26 aponta também que a renda familiar se encontra predominantemente situada na faixa de 02 a 03 salários mínimos, ou seja, na unidades de Cascavel, 31% da renda está nesse patamar; em Marechal Cândido Rondon, 26%; e em Foz do Iguaçu, 31%. Somente a unidade de Toledo apresentou o maior predomínio de 26% na faixa de 03 a 04 salários mínimos de renda familiar.

E ao serem questionadas sobre a renda de seus cônjuges, notou-se que, na unidade de Marechal Cândido Rondon, 77,5% das mulheres recebem salários inferiores aos seus cônjuges. Já na unidade de Cascavel, 76,58% das mulheres entrevistadas recebem salários inferiores a seus cônjuges; na unidade de Foz do Iguaçu, 70,73% e na unidade de Toledo, 68,9%. Essa diferença salarial indica as condições de desigualdade perante os cônjuges no que tange aos rendimentos, comportamento pertinente ao panorama nacional, apontado anteriormente por Baltar e Leone (2008) e Bertolini (2002).

6.1.5 Indicador V: Características motivacionais: inserção e qualificação

O aumento global da demanda por trabalho, e também o aumento setorial na demanda por trabalho resultante da evolução das economias, que leva à necessidade de diferentes formas de trabalho, refletindo a variedade de bens e serviços com novas especializações e novos tipos de ocupações, definem a elevação de uma demanda adicional em setores específicos e a elevação na escolaridade feminina, que transformou grande parte do trabalho não qualificado em qualificado. Esses são os determinantes da absorção das mulheres no mercado de trabalho (KON, 2005).

Esses fatores influenciam as decisões individuais das mulheres de oferecer seu potencial de trabalho no mercado. A mudança na mentalidade das sociedades, transformações nas diferenças nas classes sociais, nas condições de trabalho e na intensidade do esforço do trabalho (com as mudanças tecnológicas), o aumento da dependência da vida social em relação ao trabalho e alteração da distribuição de renda também influenciaram a saída da mulher do ambiente doméstico para o mercado de trabalho (KON, 2005).

Já os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego se manifestam no interior das famílias, em rearranjos de inserção de seus componentes no mercado de trabalho que nem sempre possibilitam manter os rendimentos familiares nos seus níveis anteriores. Dessa forma caem as taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos, e crescem as das mulheres, em especial as das cônjuges, configurando rearranjos distintos nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar (MONTALLI, 2004).

Ainda segundo a autora, os arranjos familiares e rearranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. A composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar também influi nos arranjos articulados pelos diferentes tipos de família.

Essa nova situação do mercado de trabalho resultou em maior partilhamento da responsabilidade pela manutenção do grupo familiar entre os seus componentes. Dessa forma, percebe-se que o modelo da família estruturada com base no modelo de “chefe provedor” está perdendo espaço para uma nova configuração de família onde cabe à mulher a manutenção financeira do lar.

Assim, tendo em vista as condicionalidades que motivam a inserção constante da mulher no mercado de trabalho, a Tabela 27 aponta os indicadores motivacionais (entre

eles, os motivos, a idade, a necessidade e as áreas de aprimoramento profissional), bem como a satisfação das mulheres pesquisadas referente à sua inserção no mercado de trabalho.

Tabela 27 – Identificação motivacional, segundo as unidades do SESC

Indicador motivacional		Cascavel	M. Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Estímulo para o trabalho	Necessidade financeira pessoal	36,00%	31,00%	40,00%	37,00%
	Necessidade financeira familiar	42,00%	43,00%	33,00%	35,00%
	Realização profissional	21,00%	26,00%	27,00%	28,00%
Idade de inserção no trabalho	15 a 19 anos	89,00%	84,00%	86,00%	92,00%
	20 a 24 anos	9,00%	13,00%	10,00%	4,00%
	25 a 29 anos	-	3,00%	-	3,00%
	30 a 39 anos	1,00%	-	4,00%	1,00%
Aprimoramento	Sim	85,00%	75,00%	87,00%	75,00%
	Não	13,00%	21,00%	13,00%	25,00%
Área	Ensino Fundamental	-	-	-	-
	Ensino Médio	3,68%	1,85%	1,85%	6,01%
	Curso Técnico	27,18%	35,18%	35,18%	21,80%
	Superior	11,05%	0,00%	6,48%	7,51%
	Desenvolvimento pessoal	58,06%	62,96%	56,48%	64,66%
Satisfação	Sim	74,00%	85,00%	77,00%	83,00%
	Não	24,00%	14,00%	21,00%	15,00%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Com base na dinâmica familiar apresentada, social e econômica, foram as mulheres questionadas sobre qual foi o motivo que estimulou sua entrada no mercado de trabalho. Percebeu-se então que, nas unidades de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, o principal motivo está relacionado à necessidade financeira familiar, sendo que essas unidades apresentaram as seguintes taxas nesse quesito, 42% para Cascavel, 43% para Marechal Cândido Rondon e 35% para Foz do Iguaçu. Somente na unidade de Toledo o motivo, assinalado por 40% das mulheres pesquisadas, está relacionado à necessidade financeira pessoal.

Essa realidade demonstra que a maior motivação da inserção das mulheres pesquisadas está relacionada à necessidade financeira familiar. Esse fato justifica-se tendo em vista a situação econômica vivida pelo Brasil e pelas regiões nos últimos anos.

Outro aspecto visualizado na Tabela 27 relaciona-se à idade das trabalhadoras no momento em que foram inseridas no mercado de trabalho. Nota-se que, em todas as unidades, as mulheres pesquisadas foram inseridas no mercado de trabalho formal na faixa etária de 15 a 19 anos. Os índices chegam a 89% na unidade de Cascavel, 92% na unidade de Foz do Iguaçu, 86% na unidade de Toledo e 84% na unidade de Marechal Cândido Rondon.

Foram questionadas sobre se, após a inserção no mercado de trabalho, sentiram necessidade de aprimorar o conhecimento através da qualificação profissional. Notou-se que, em todas as unidades, a grande maioria das mulheres pesquisadas sentiu necessidade de qualificar-se, ou seja, o mais alto índice que é visualizado na Tabela 27 foi constatado na unidade de Toledo, em que, do total das entrevistadas, 87% apresentaram a necessidade de estudar e se qualificar, 85% na unidade de Cascavel e 75% nas unidades de Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu.

E, com relação à área de qualificação, em todas as unidades a maior concentração está na área de desenvolvimento e qualificação pessoal, através dos cursos de informática, vendas e atendimento ao público. As unidades apresentaram as seguintes taxas nessa questão: 64,66% na unidade de Foz do Iguaçu, 62,96% na unidade de Marechal Cândido Rondon, 58,06% na unidade de Cascavel e 56,48% na unidade de Toledo.

Um dado interessante destacado na Tabela é que uma porcentagem representativa das mulheres pesquisadas em todas as unidades sentiu a necessidade e o interesse em frequentar o ensino superior. As unidades de Marechal Cândido Rondon e Toledo atingiram as mesmas taxas nesse quesito, ou seja, 35,18%. Já a unidade de Cascavel apresentou 27,18% das entrevistas e 21,8% na unidade de Foz do Iguaçu.

Diversos autores, entre eles Kon (2005), Bruschini (2007), Montali (2006) e Goldani (2002), argumentam que o acesso à educação foi um dos fatores que influenciou a entrada da mulher no mercado de trabalho, e que o acesso a maiores níveis de escolaridade dá acesso a melhores ocupações e a melhores salários.

Mesmo com o acesso à educação (com a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades que viabilizou o acesso delas às novas oportunidades de trabalho), de um lado, essa intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir da metade dos anos de 1970 fizeram ocorrer a conquista por bons empregos, o acesso a carreiras e a profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo de diretoria por parte das mulheres escolarizadas. De outro lado, porém, ocorre o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais, no caso da maioria das mulheres ainda sem a devida escolaridade (BRUSCHINI, 2007).

Observa-se, assim, que o trabalho remunerado ocupa cada vez mais uma parte importante da vida das mulheres, cuja participação profissional vem crescendo, profissionalizando-se e diversificando-se, embora permaneçam evidentes as desigualdades de gênero no mercado de trabalho (ITABORAÍ, 2003).

Nessa perspectiva, questionou-se as mulheres entrevistadas sobre a sua satisfação ou insatisfação com relação ao trabalho que realizam. Nas respostas, em todas as unidades notou-se que as mulheres, mesmo realizando uma dupla jornada de trabalho, sentem-se satisfeitas. A unidade de Marechal Cândido Rondon apresentou a maior taxa de satisfação (85%), seguindo-se 83% das pesquisadas satisfeitas com seu trabalho na unidade de Foz do Iguaçu, 77% na unidade de Toledo e 74% na unidade de Cascavel, conforme dados apresentados na Tabela 27.

Os motivos dessa satisfação se referem à independência financeira que o trabalho fora do domicílio propicia, à realização profissional, ao fato de terem acesso a plano de saúde e por auxiliarem na manutenção financeira da família.

Já as mulheres que responderam pela insatisfação diante do trabalho que realizam afirmam que esse sentimento está relacionado aos baixos salários e ao sentimento de frustração pela realização das atividades que exercem. Percebeu-se que as mulheres que estão cursando o ensino superior demonstraram insatisfação, pois teriam o desejo de atuar na área de estudo.

6.1.6 Indicar VI: Gênero, discriminação e diferenças salariais

Na história da evolução do trabalho humano, o papel da mulher tem sido consideravelmente diferenciado do papel masculino. Homens e mulheres passaram conjuntamente por formas de relacionamento de trabalho em que predominaram, sucessivamente, a escravatura, a servidão, o artesanato, a burguesia comerciante e a manufatura, até as formas mais recentes de modernização industrial. Homens e mulheres conheceram uma sucessão de utensílios de trabalho, desde a roda, o trator, o tear mecânico, máquinas mecânicas e elétricas, até a informatização dos processos produtivos, resultando da diversificação de tarefas, como consequência sobre o estado das técnicas, natureza do trabalho e sobre os paradigmas produtivos (KON, 2005).

Segundo a autora, as condições enfrentadas pelas mulheres como participantes do mercado de trabalho foram sempre diferenciadas e desvantajosas em relação ao trabalho masculino, isso porque a divisão sexual do trabalho para a manutenção da família, através das épocas, sempre atribuiu ao homem a função de principal provedor financeiro das necessidades da casa.

Ocorre, porém, que a consecução da igualdade entre o homem e a mulher no mercado de trabalho, no sentido de possibilidades de desenvolvimento de talentos e de capacidades para a sua sobrevivência e evolução pessoal, bem como para o benefício da sociedade, requer a reformulação dos conceitos tradicionais sobre as funções e os papéis atribuídos tradicionalmente a cada sexo dentro da família e dentro da comunidade em seu conjunto.

A distribuição do trabalho no mercado de trabalho entre os sexos ainda resulta das visões arraigadas durante séculos, sobre o papel da mulher na sociedade, na família e na própria manutenção da força de trabalho. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo decorrem grande parte da sua capacidade de conjugar o trabalho profissional com o doméstico, o cuidado com os filhos, bem como sua qualificação ou capacitação (KON, 2005).

Essa estreita relação que se estabelece entre características pessoais dos trabalhadores e sua adequação ao trabalho transforma traços como aparência, idade, educação, gênero e raça em potencial produtivo, de tal forma que características e competências individuais são a condição da empregabilidade (SORJ, 2000).

Outro fator importante diz respeito às diferenças de rendimentos encontradas entre homens e mulheres e que resultam de efeitos combinados oriundos de duas situações principais: homens e mulheres recebem remunerações diferenciadas pelo mesmo trabalho e as mulheres em atividade estão concentradas em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração (SOARES & OLIVEIRA, 2004).

A pesquisa secundária apresentada anteriormente apontou enormes diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres que atuam no setor terciário na região Oeste paranaense. Outrossim, também fruto da pesquisa primária de campo, a Tabela 28 abaixo aborda questões relacionadas ao gênero, ou seja, à presença de colegas homens que desenvolvem a mesma função, e se a renda é superior à das mulheres e também a identificação da ocorrência de situações de discriminação por gênero.

Tabela 28 – Indicador de gênero, segundo as unidades do SESC

Indicador de gênero		Cascavel	M. Cândido Rondon	Toledo	Foz do Iguaçu
Colegas homens	Sim	74,00%	85,00%	77,00%	83,00%
	Não	24,00%	14,00%	21,00%	15,00%
A renda é superior	Sim	48,85%	47,61%	46,15%	34,71%
	Não	25,95%	23,80%	13,46%	57,85%
	Desconhece	25,19%	40,47%	40,38%	7,43%
Discriminação por gênero	Sim	7,30%	1,40%	5,60%	16,00%
	Não	91,00%	99,00%	94,00%	84,00%

Fonte: Resultados da pesquisa, 2010.

Esses fatores foram identificados diante da aplicação do questionário junto às mulheres pesquisadas nas 04 unidades do SESC. Ao serem questionadas se possuem colegas homens desempenhando a mesma função, a maioria das entrevistadas respondeu que “sim”. Percebe-se, na Tabela 28, que, na unidade de Marechal Cândido Rondon, 85% das entrevistadas possuem colegas homens desenvolvendo a mesma função; na unidade de Foz do Iguaçu, 83%; na unidade de Toledo, 77%; e na unidade de Cascavel, 74%.

Observou-se, através dos dados da Tabela 28, que, nas unidades de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Toledo, a maioria das mulheres pesquisadas afirmou que os seus colegas homens que desenvolvem a mesma função recebem rendimentos superiores aos seus, sendo, na unidade de Cascavel, 48,85%; na unidade de Marechal Cândido Rondon, 47,61%; e na unidade de Toledo; 46,15%. Apenas na unidade de Foz do Iguaçu, 57,85% das entrevistadas responderam que os colegas homens não recebem rendimentos superiores aos seus.

No questionário também foi perguntado às mulheres pesquisadas se elas sentiram, em algum momento no desempenho de sua atividade no mercado de trabalho, discriminação por serem mulheres. Percebe-se, na Tabela 28, que o mais alto índice ocorre na unidade de Foz do Iguaçu, ou seja, 16% das mulheres já se sentiram discriminadas por serem mulheres. Já na unidade de Cascavel, 7,3% das mulheres sentiram-se discriminadas, 5,6% na unidade de Toledo e 1,4% na unidade de Marechal Cândido Rondon.

Questionou-se sobre em que situações essa discriminação ocorreu, ao que relataram que principalmente na função de vendedoras e no momento da especificação dos produtos, quando os homens preferem e solicitam o atendimento de um vendedor do sexo masculino. Relataram que, diante da negociação de preços dos produtos e também na negociação de dívidas, a preferência se dá pelo atendimento do sexo masculino.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode perceber ao longo do trabalho, a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro expandiu-se e muito nas últimas décadas, principalmente a partir do ano de 1970. As décadas dali em diante foram marcadas por um forte crescimento da atividade feminina no Brasil. Essa participação gerou diversas transformações na estrutura familiar tradicional e no papel desempenhado pela mulher nesse novo cenário econômico, porém essas novas características não liberaram as mulheres de seu papel de mãe e de responsável pelas atividades domésticas, obrigando-as a desenvolver, assim, a chamada dupla jornada de trabalho.

Além dessa transformação, ocorreram outras alterações no perfil da mulher brasileira, caso do aumento do número das mulheres chefes de família, da redução do número médio de filhos e da elevação da escolaridade. Nesse cenário, cabe destacar que, nestas últimas décadas, o Brasil também passou por transformações demográficas, culturais, sociais e econômicas importantes e que determinaram a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Mediante essa nova dinâmica econômica brasileira, advinda da transformação da estrutura da economia, onde os setores tipicamente urbanos se expandiram, via de regra, os setores primários e secundários da economia se expandiram, e, diante desse cenário, o trabalho nas fábricas, nas lojas e nos escritórios abriu espaço para a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Nesse processo de transformação, o padrão tradicional da família brasileira modificou-se, pois a manutenção econômica da unidade doméstica também passou a ser de responsabilidade da mulher, fato esse observado pelo crescente número de lares onde a mulher passou a ser chefe de família. Desse modo, a mulher deixou de assumir sozinha a responsabilidade com os filhos, passando a cobrar dos pais parte desses cuidados, e houve assim um rompimento com relação ao papel da mulher na sociedade, onde ela era vista apenas como reprodutora da mão de obra.

Cabe destacar que, mesmo com o aumento significativo da atividade feminina, essa participação se localiza preferencialmente no universo do trabalho precarizado. Observam-se amplas desigualdades salariais, ou seja, sua média de remuneração é bem menor do que aquela média auferida pelos homens, o mesmo referindo-se aos direitos e às condições de acesso às vagas de trabalho.

Mediante isso, viu-se que o aumento das taxas de atividades da mulher acarretou a uma maior diversificação no mercado de trabalho por elas acessado, porém isso não significou uma desconcentração do trabalho feminino das atividades tradicionalmente exercidas por elas, como é caso do setor de serviços e em ocupações que seriam extensões das atividades domésticas.

No período percebeu-se, por causa da introdução de novas técnicas de produção, que ocorreu uma aceleração na produtividade geral da economia e do ritmo da inovação do produto, isso ao lado da exploração de nichos de mercado especializados e de pequena escala, associados às mudanças na produção. Por isso se elevaram consideravelmente as vagas de emprego no setor de serviços a partir de 1970, o que favoreceu sobremaneira a inserção das mulheres nesse mercado. Desse modo, além de o setor de serviços comportar atividades em que as mulheres estão inseridas tradicionalmente, por serem atividades consideradas adequadas ao gênero, percebe-se também que a entrada das inovações tecnológicas eliminou parte das tarefas pesadas da economia, permitindo essa maior incorporação da força feminina no mercado de trabalho.

Foi possível verificar, com este trabalho de pesquisa, que teve como objetivo principal analisar as características da inserção das mulheres filiadas junto às unidades do SESC que atuam no setor terciário da região Oeste do Paraná, que a área foi a última do Estado a ser ocupada. Assim, seu processo de crescimento estruturou-se pelos setores econômicos viáveis neste período, principalmente o setor primário.

Com as transformações tecnológicas ocorridas no setor primário, modernizaram-se, porém, as atividades de modo mais adequado para responderem às necessidades das novas formas da organização produtiva regional. Assim, a partir de 1970, a área ampliou a sua rede de transporte e comunicação, favorecendo a circulação de seus produtos excedentes, ampliando empresas de insumos modernos, como foi o caso, por exemplo, do setor de confecções e da venda de roupas, sapatos e insumos, áreas onde se vê, claramente, o crescimento da força de trabalho feminina.

Tanto houve esse crescimento de vagas para as mulheres que, no ano de 2010, a região representou 12,36% do total de empregos relacionados ao Estado do Paraná no setor de comércio e 9,14% no setor de serviços. Nesse cenário, viu-se que a microrregião de Cascavel, em maio de 2010, respondia por um montante de 26.258 empregos no setor de comércio, apresentando, assim, o melhor desempenho da área, com o total de 5,01% dos empregos relacionados ao Estado do Paraná, possuindo 9.372 estabelecimentos.

Já com relação ao setor de serviços, observa-se que, em 2010, a mesorregião Oeste do Paraná representou 9,14% do total de empregos relacionados ao Estado, e novamente a microrregião de Cascavel obteve o maior percentual (3,55%) da região Oeste Paranaense, apresentando 27.696 vagas de emprego nesse setor.

Mediante isso, analisando-se de forma específica a inserção feminina nesse setor de comércio e de serviços, observou-se que o município de Cascavel, em 2008, empregou o maior número de mulheres da mesorregião Oeste do Paraná, ou seja, 8.789 mulheres no setor de comércio e 10.888 no setor de serviços. E o município de Diamante do Sul apresentou o menor número, com apenas 08 mulheres no setor de comércio e nenhuma participação feminina no setor de serviços.

Esses dados se justificam, pois Cascavel é considerado o maior polo regional econômico e demográfico, seja por sua localização estratégica favorecida, pelas atividades na área de saúde e educação, tal qual apontado por diversos autores previamente citados. Já Diamante do Sul tem sua economia voltada para a agricultura e para o fornecimento de insumos, diferentemente dos municípios que possuem um setor secundário e terciário mais desenvolvido. Esse é um fato absolutamente lógico perante a dimensão econômica e demográfica que os dois extremos de municípios detêm, tal qual apontado no texto.

Os resultados obtidos permitem afirmar a importância destes setores na economia da mesorregião e destaca-se também a atuação das 04 unidades do SESC instaladas nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Candido Rondon e Toledo, sendo que atendem os funcionários que trabalham junto ao setor terciário, através dos atendimentos relacionados à saúde, à educação, ao esporte e à cultura como o principal objetivo de melhorar a qualidade de vida da população.

Outra observação refere-se ao fato de que a pesquisa primária efetuada apontou que a amostra de 638 mulheres filiadas junto ao SESC, que atuam nesse setor de comércio e serviços, aponta para algumas características sociais e econômicas, tais como: faixa etária de 30 a 39 anos dominante para a maioria das mulheres pesquisadas, fato relacionado à mudança nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel da mulher na sociedade, padrões e valores que alteraram sua identidade feminina, que hoje está mais voltada para o trabalho remunerado.

Essa dinâmica se justifica, pois o aumento da escolaridade e o fácil acesso à universidade viabiliza o acesso a novas oportunidades de trabalho. Outro fator importante da prevalência dessa faixa etária refere-se ao fato de que a mulher nessa fase do ciclo de vida, via

de regra, já possui filhos crescidos, o que lhe permite libertar-se de parte de suas responsabilidades domésticas e inserir-se com maior facilidade no mercado de trabalho.

Conclui-se, assim, que houve, de fato, uma mudança no perfil das trabalhadoras na região, tal como no país, que, até o final dos anos de 1970, pois essas trabalhadoras eram, na época, em sua maioria jovens, solteiras e sem filhos, e atualmente passaram a ser mais velhas, casadas e mães, fato indicado por Bruschini (2007). Cabe destacar que a menor prevalência de mulheres trabalhadoras concentra-se na faixa etária de 50 a 59 anos, entendendo-se, quanto a essa informação, que há restrição de contratação no setor terciário não somente para o trabalho dos homens, como também de mulheres nesta faixa etária.

Com respeito ao estado civil das mulheres pesquisadas, percebeu-se, no cenário, a prevalência de casadas. Somente na unidade de Foz do Iguaçu o mais alto índice refere-se a solteiras. Observando-se a quantidade de filhos, conclui-se grande parte das entrevistadas possuem apenas 01 filho, ou seja, observa-se o fenômeno da redução do número de filhos por mulher, em média. Essa realidade condiz com as baixas taxas de natalidade apresentadas não somente por esta região, mas pelo país como um todo. Pode-se afirmar, assim, que o tamanho da unidade familiar está concentrado em 02 a 04 pessoas.

Observou-se ainda que as mulheres utilizam o serviço prestado pelos centros de educação infantil em período integral para os cuidados de seus filhos enquanto estão trabalhando. Concomitantemente, percebeu-se que muitas crianças permanecem com os avós por não terem conseguido vaga nessas instituições.

Essa realidade vivenciada pelo grupo de mulheres pesquisadas revela que o principal motivo para sua inserção no mercado de trabalho se atrela à necessidade da complementação financeira familiar.

Assim, com base na pesquisa, pode-se afirmar, por meio da amostra analisada, que, no cenário pesquisado, ocorreu o predomínio das mulheres detentoras do ensino médio, e que um alto índice está frequentando o ensino superior, mesmo com as atividades domésticas e com o cuidado com os filhos.

Com base nesses dados, entende-se que o trabalho externo feminino regional se acumula com outros afazeres domésticos e familiares, ou seja, a presença majoritária entre as mulheres da dupla jornada de trabalho, que gera uma sobrecarga, cansaço extremo, desvalorização e sentimentos de culpa por não terem tempo adequado para dar atenção aos filhos.

Entende-se que outro fator negativo que reforça essa realidade citada acima é referente ao fato de que essas mulheres realizam horas extras nos fins de semana, distanciando-se ainda mais de seus filhos e de sua família. A forma que prevaleceu de compensação dessas horas é através de pagamento, assim essas mães não compensam essas horas permanecendo em casa.

Outro fator importante identificado refere-se às diferenças de rendimentos. A pesquisa secundária revelou uma enorme diferença salarial entre o homem e a mulher exercendo a mesma atividade no setor de comércio. O município de Iracema do Oeste apresentou a maior diferença de salário na mesorregião Oeste do Paraná, ou seja, o homem auferiu 66,58% a mais do que a mulher. Nesse cenário, conclui-se que o gênero constitui-se um critério para criar espaços de trabalho diferenciados e hierarquizados, criando restrições às mulheres e reforçando a disparidade de remunerações entre homens e mulheres. Apenas no município de Diamante do Sul é que a mulher recebe 19,75% a mais do que o homem nesse setor.

O município de Quatro Pontes, também, no setor de serviços, apresenta a maior diferença salarial, ou seja, 51,28% e apenas no município de Tupãssi a mulher recebe 2,95% a mais que o homem nesse setor.

Percebe-se, assim, que, dos 50 municípios que compõem a região Oeste do Paraná, no setor de comércio apenas nos municípios de Diamante do Sul e Jesuítas a mulher recebe remuneração maior que aquela paga ao homem e no setor de serviços apenas o município de Tupãssi a mulher recebe remuneração maior que aquela auferida pelo homem.

As mulheres pesquisadas afirmaram essa realidade. Constatou-se que, nas unidades de Cascavel, Marechal Candido Rondon e Toledo, os homens que desempenham a mesma atividade que a mulher na mesma empresa recebem remuneração maior do que aquela paga às mulheres. Apenas na unidade de Foz do Iguaçu é que 57,85% das mulheres recebem remunerações iguais às dos homens.

Conclui-se, então, com base nessa argumentação e nas pesquisas primária e secundária realizadas, que, na região Oeste Paranaense, existem de fato significativas diferenças de rendimentos entre as mulheres e os homens. Tais diferenças resultam de efeitos combinados que determinam remunerações diferenciadas e superiores para os homens referentes ao mesmo trabalho realizado pelas mulheres e estão concentradas em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração.

Ademais, a pesquisa primária revelou a presença significativa de mulheres chefes de família, e que a maior concentração da renda pessoal está concentrada entre 1 a 2

salários mínimos e já a renda familiar entre 2 a 3 salários. Observa-se também a prevalência, entre as casadas, em que a renda de seus esposos ou companheiros é superior à sua.

Conclui-se também que ocorreu, na área, um aumento importante na participação das mulheres no setor terciário da economia, aumento de participação devido às transformações que aconteceram na dinâmica econômica do Oeste Paranaense. Essa inserção impactou o papel desenvolvido pelas mulheres tanto nas unidades familiares quanto na sociedade regional, pois cresceu, e muito, a proporção de mulheres chefes de família, sendo que o maior acesso ao ensino proporcionou melhores condições de acesso ao mercado de trabalho brasileiro e na região enfocada neste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, A.; BARBOSA, A.; COELHO, H. **A política e sociedade no Brasil (1930- 1964)**. São Paulo: Annablume, 2002.

ALVES, J. E. D. **Relações de gênero e transição da fecundidade**. ABEP, 1998.

ALVES, L. R.; LIMA, J. F. de; RIPPEL, R.; PIACENTI, C. A. O *continuum*, a localização do emprego e a configuração espacial do oeste do Paraná. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

BALTAR, P.; LEONE, E. T. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, 2008.

BAWERK, E. V. B. **A teoria da exploração do socialismo**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

BELLONI, L. **Metodologia de avaliação em políticas públicas, uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

BERTOLINI, L. B. de A. **Relação entre o trabalho da mulher e a dinâmica familiar**. São Paulo: Vetor, 2002.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero do Brasil nos últimos dez anos. In: **Cadernos de Pesquisas**. São Paulo, 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O **trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa**. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 abr. 2010.

_____. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. In: **Cadernos de Pesquisa**, 2000.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista** – a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: JC Editora, 1974.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. **Discriminação por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004**. São Paulo: ABEP, 2006.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas** – um desafio para o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. O; RODRIGUES, R. do N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. São Paulo: ABEP, 1998.

COLLA, C.; QUEIROZ, S. S.; FERRERA DE LIMA, J. A centralidade e o multiplicador de emprego, um estudo comparativo das cidades de Cascavel e Corbélia no Oeste do Paraná. In: **Revista FAE**, Curitiba, 2007.

DESLANDES, Suely Ferreira et al. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEDECCA, S. C.; BALTAR, E. de A. P. **Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90**. São Paulo: Est. Econ, 1997.

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DRUCK, Maria Graça da. **Terceirização, (des)fordizando a fábrica** – um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. Globalização e reestruturação produtiva, o fordismo e/ou japonismo. In: **Revista de Economia Política**, 1999.

ENGUIITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia** – Marx e a crítica da educação. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1998.

FRANZOI, L. F.; CATTANI, A. D. (Org.). Just-in-time. In: **Trabalho e tecnologia, dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LIMA, J. F.; EBERHARDT, P. E. C.; HECK, A. L.; GENTILINI, D. C. Crescimento econômico e os territórios econômicos no Oeste do Paraná no início do século XXI. **Revista Guairacá**, Guarapuava, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARAES, I. B. **Os movimentos da força de trabalho e a organização familiar**. São Paulo: ABEP, 1988. p. 213-240.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas, famílias – brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos População**. São Paulo, 2002.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho** – um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HINTZ, H. C. Novos tempos, novas famílias? Da modernidade á pós-modernidade. **Revista Pensando Famílias** Porto Alegre, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche** – capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Censo demográfico 2000** – documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002.

IPARDES. **3º espaço relevante** – relatório de pesquisa/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Oeste paranaense. Curitiba, IPARDES, 2008.

_____. **Leituras regionais** – Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba, IPARDES, 2004.

ITABORAÍ, N. R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, 2003.

KON, A. **Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família**, repercussões sobre o mercado de trabalho. ABEP-GT, 2005.

LARANGEIRAS, S. M. G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (org.). **Trabalho e tecnologia – dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LAVINAS, L. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. **Trabalho e Gênero**, ABEP, 2000.

LAFARGUE, P. A questão da mulher. **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1982.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHEL, S. A Libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1982.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Victor Civita, 1983.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**, São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social, método criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTAGNER, P. Dinâmica e perfil do mercado de trabalho, onde estão as mulheres In: **Trabalho e gênero, mudanças permanências e desafios**, ABEP, 2000.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras, mulheres-cônjuges e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, 2006.

MONTGOMERY, D. **Introdução ao controle estatístico da qualidade**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MOURA, E. B. B. **Mulheres e menores no trabalho industrial** – os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, 1999.

MÜLLER, M. E.; CORNELSEN, J. M. Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias. 5. Ed. Atual. Londrina/PR: Eduel, 2003. 155 p.

NEVES, M. de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. **Trabalho e Gênero, mudanças permanências e desafios**. ABEP, 2000.

NETO, B. de M. **Século XX e trabalho industrial, taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

_____. Relações de gênero nos espaços público e privado, a experiência das trabalhadoras na CUT. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Campinas, 1993.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica, projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 2000.

OLIVEIRA, S.; SOARES, C. **Gênero, estrutura e diferenciais de rendimento**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004.

PAREDES, V.; SHALLAT, L. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento** – uma abordagem básica. Brasília, DF: CIDA, 1995.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERIS, A. F.; LUGNANI, A. C. Um estudo sobre o eixo Cascavel-Foz do Iguaçu, na região Oeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, 2003.

PERRY, E. G. et al. **Informalidade saída e exclusão**. Washington. Tradução: Maria Helena Falcão. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste Paranaense** – sua inserção na economia nacional. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

RICHARDSON, R.; PERES, J. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná** – uma análise de 1950 a 2000 - Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2005.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F. Pólos de crescimento econômico, notas sobre o caso do estado do Paraná. **Revista Redes**. Santa Cruz do Sul, 2009.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R. **Algumas considerações da localização da população urbana e rural no Oeste paranaense** – uma análise de 1970 a 2000. Trabalho apresentado na ENABER-2008-VI, Encontro Nacional da Associação de Estudos Regionais e Urbanos-Aracaju-Espírito Santo. 2008.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F.; ALVES, L. R.; PIACENTI, C. A. **Notas sobre a localização da população urbana e rural no Oeste Paranaense** – uma análise de 1970 a 2000. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2006.

RIPPEL, V. C. L. **Ação de política pública** – o itinerário dos egressos do projeto correção de fluxo em Toledo/PR –Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007.

RIPPEL, R.; RIPPEL, V. C. L. Considerações a respeito das origens, dos acontecimentos e das conseqüências da crise econômica mundial atual. **Informe GEPEC**, 2008.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classe** – mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

SILVA, E. B. Pós-fordismo no Brasil. In: **Revista de Economia Política**, 1994.

SILVA, L. A. M. da. Informalidade e crise econômica. **Tempo e presença**. Rio de Janeiro: Koinonia, 1996.

SILVA, L. H.; CATTANI, A. D. (Org.). Divisão sexual do trabalho. **Trabalho e tecnologia – dicionário crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Os pensadores**, manuscritos econômicos, filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Mulher brasileira** – opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SINA, A. **Mulher e trabalho** – o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

SINGER, P. **O capitalismo** – sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho, mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, C. M. As mulheres no mundo do trabalho, ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. **Revista Psicologia, Teoria e Pesquisa**, 2009.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

WEINSTEIN, B. **(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

APÊNDICES

Tabela 29 – Empregos masculino e feminino no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios	Masculino	Feminino
Anahy	32	16
Assis Chateaubriand	1070	637
Boa Vista Aparecida	60	51
Braganey	72	39
Cafelândia	280	245
Campo Bonito	32	28
Capitão Leônidas Marques	341	242
Cascavel	13390	8789
Catanduvas	151	58
Céu Azul	203	154
Corbélia	433	267
Diamante do Oeste	61	30
Diamante do Sul	20	8
Entre Rios do Oeste	95	93
Espigão Alto do Iguaçu	23	24
Formosa do Oeste	124	97
Foz do Iguaçu	7340	5721
Francisco Alves	66	30
Guaira	812	462
Guaraniaçu	302	197
Ibema	106	47
Iguatu	36	13
Iracema do Oeste	14	15
Itaipulândia	132	96
Jesuítas	77	85
Lindoeste	57	37
Marechal Cândido Rondon	2069	1418
Maripá	110	57
Matelândia	267	254
Medianeira	1536	1075
Mercedes	103	118
Missal	205	138
Nova Aurora	243	150
Nova Santa Rosa	158	101
Ouro Verde do Oeste	70	37
Palotina	1331	813
Pato Bragado	149	116
Quatro Pontes	41	51
Quedas do Iguaçu	658	462
Ramilândia	49	24
Santa Helena	372	338
Santa Lúcia	30	32
Santa Tereza do Oeste	134	107
Santa Terezinha do Itaipu	423	276
São Miguel do Iguaçu	567	378
São Pedro do Iguaçu	69	35
Serranópolis do Iguaçu	69	37
Terra Roxa	425	433
Toledo	3649	2834
Três Barras do Paraná	140	82
Tupãssi	160	83
Vera Cruz do Oeste	148	86

Fonte Ministério do Trabalho-RAIS

Tabela 30 – Empregos masculino e feminino no setor de serviço, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios-serviço	Masculino	Feminino
Anahy	7	18
Assis Chateaubriand	804	504
Boa Vista Aparecida	39	29
Braganey	30	42
Cafelândia	1930	191
Campo Bonito	8	25
Capitão Leônidas Marques	106	139
Cascavel	11695	10888
Catanduvas	51	78
Céu Azul	211	199
Corbélia	156	188
Diamante do Oeste	10	6
Diamante do Sul	2	0
Entre Rios do Oeste	33	49
Espigão Alto do Iguaçu	5	3
Formosa do Oeste	37	62
Foz do Iguaçu	10354	9731
Francisco Alves	24	36
Guairá	417	504
Guaraniaçu	191	136
Ibema	10	54
Iguatu	1	8
Iracema do Oeste	5	1
Itaipulândia	30	28
Jesuítas	72	93
Lindoeste	21	27
Marechal Cândido Rondon	1654	2609
Maripá	49	56
Matelândia	213	183
Medianeira	1023	1129
Mercedes	18	31
Missal	92	98
Nova Aurora	65	113
Nova Santa Rosa	53	77
Ouro Verde do Oeste	23	26
Palotina	606	714
Pato Bragado	50	53
Quatro Pontes	49	28
Quedas do Iguaçu	205	208
Ramilândia	9	3
Santa Helena	223	248
Santa Lúcia	10	9
Santa Tereza do Oeste	54	55
Santa Terezinha do Itaipu	184	271
São Miguel do Iguaçu	287	373
São Pedro do Iguaçu	44	35
Serranópolis do Iguaçu	11	19
Terra Roxa	105	134
Toledo	5194	3751
Três Barras do Paraná	57	41
Tupãssi	49	64
Vera Cruz do Oeste	28	52

Fonte:Ministério do Trabalho-RAIS

Tabela 31 – Remuneração masculina e feminina no setor de comércio, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios	Masculino	Feminino
Anahy	769,37	515,18
Assis Chateaubriand	998,71	641,42
Boa Vista Aparecida	738,29	517,13
Braganey	1021,72	508,83
Cafelândia	719,21	593,66
Campo Bonito	871,68	466,94
Capitão Leônidas Marques	815,06	587,60
Cascavel	991,32	727,63
Catanduvas	800,39	485,60
Céu Azul	912,99	599,34
Corbélia	942,25	633,75
Diamante do Oeste	771,95	567,89
Diamante do Sul	501,53	600,56
Entre Rios do Oeste	900,66	519,15
Espigão Alto do Iguaçu	759,44	502,90
Formosa do Oeste	666,52	580,43
Foz do Iguaçu	861,56	739,20
Francisco Alves	1007,65	528,59
Guaira	815,09	619,70
Guaraniaçu	742,78	550,60
Ibema	702,44	554,62
Iracema do Oeste	1492,82	498,84
Itaipulândia	830,66	590,32
Jesuítas	653,48	613,48
Lindoeste	897,46	653,68
Marechal Cândido Rondon	1000,48	688,37
Maripá	1415,59	647,00
Matelândia	912,46	613,80
Medianeira	1109,41	703,94
Mercedes	879,93	531,62
Missal	884,77	604,21
Nova Aurora	882,82	637,74
Nova Santa Rosa	1280,34	519,98
Ouro Verde do Oeste	1006,41	549,34
Palotina	1482,35	794,95
Pato Bragado	748,17	549,25
Quatro Pontes	1003,94	618,50
Quedas do Iguaçu	817,79	594,20
Ramilândia	751,46	497,67
Santa Helena	918,59	615,63
Santa Lúcia	637,55	498,30
Santa Tereza do Oeste	905,28	683,61
Santa Terezinha do Itaipu	856,71	648,46
São Miguel do Iguaçu	982,56	643,19
São Pedro do Iguaçu	1641,91	579,68
Serranópolis do Iguaçu	977,35	646,55
Terra Roxa	974,11	579,20
Toledo	975,19	712,68
Três Barras do Paraná	731,18	540,62
Tupãssi	1120,26	600,74
Vera Cruz do Oeste	794,40	586,71

Fonte:Ministério do Trabalho-RAIS

Tabela 32 – Remuneração masculina e feminina no setor de serviço, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios	Masculino	Feminino
Anahy	652,10	842,21
Assis Chateaubriand	1026,63	786,71
Boa Vista Aparecida	927,68	930,92
Braganey	1162,15	1103,11
Cafelândia	776,99	855,41
Campo Bonito	1028,22	942,16
Capitão Leônidas Marques	1060,72	783,76
Cascavel	1479,72	1277,25
Catanduvas	1295,84	794,43
Céu Azul	1043,75	719,89
Corbélia	1404,17	767,53
Diamante do Oeste	1095,05	1316,05
Diamante do Sul	660,00	0,00
Entre Rios do Oeste	1184,98	607,82
Espigão Alto do Iguaçu	499,00	414,34
Formosa do Oeste	1504,70	859,85
Foz do Iguaçu	1137,00	937,94
Francisco Alves	959,81	541,56
Guaira	1156,50	896,70
Guaraniaçu	947,49	729,65
Ibema	952,52	762,88
Iracema do Oeste	1741,59	1451,92
Itaipulândia	1306,23	858,25
Jesuítas	932,75	630,18
Lindoeste	1228,56	764,02
Marechal Cândido Rondon	1452,80	827,44
Maripá	1295,80	829,06
Matelândia	1095,26	815,05
Medianeira	1769,53	1086,19
Mercedes	1139,59	940,39
Missal	1157,72	781,98
Nova Aurora	1339,42	875,46
Nova Santa Rosa	997,32	954,67
Ouro Verde do Oeste	116,22	853,91
Palotina	1433,29	836,26
Pato Bragado	800,96	615,17
Quatro Pontes	1378,44	671,55
Quedas do Iguaçu	1103,50	749,86
Ramilândia	1516,05	822,79
Santa Helena	1076,82	853,14
Santa Lúcia	1012,63	745,80
Santa Tereza do Oeste	1266,77	812,06
Santa Terezinha do Itaipu	1038,25	759,92
São Miguel do Iguaçu	1147,24	834,27
São Pedro do Iguaçu	1104,18	858,16
Serranópolis do Iguaçu	1465,00	842,92
Terra Roxa	1236,56	769,21
Toledo	1279,95	1076,59
Três Barras do Paraná	1044,08	965,80
Tupãssi	991,97	1022,17
Vera Cruz do Oeste	1642,83	802,45

Fonte:Ministério do Trabalho-RAIS

Tabela 33 – Valor Adicional Fiscal Total e no setor de serviço, segundo a mesoregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios	(VAF) - Total	VAF – Setor terciário
Anahy	36.827.981,00	5.119.392,00
Assis Chateaubriand	516.883.889,00	112.932.456,00
Boa Vista Aparecida	87.111.505,00	4.069.480,00
Braganey	67.039.877,00	12.536.002,00
Cafelândia	451.095.707,00	56.152.132,00
Campo Bonito	54.153.938,00	5.740.041,00
Capitão Leônidas Marques	347.805.164,00	16.013.630,00
Cascavel	2.849.669.946,00	1.300.332.891,00
Catanduvas	104.168.744,00	14.361,55
Céu Azul	219.320.587,00	39.694.554,00
Corbélia	217.040.609,00	49.143.434,00
Diamante do Oeste	24.643.190,00	4.358.114,00
Diamante do Sul	10.238.934,00	915.278,00
Entre Rios do Oeste	90.889.507,00	13.644.333,00
Espigão Alto do Iguaçu	36.463.488,00	7.153.863,00
Formosa do Oeste	125.931.618,00	10.433.875,00
Foz do Iguaçu	4.117.329.977,00	606.067.390,00
Francisco Alves	67.565.136,00	9.443.999,00
Guaíra	276.914.586,00	120.962.249,00
Guaraniaçu	162.992.919,00	19.537.238,00
Ibema	53.004.121,00	6.692.243,00
Iguatu	18.154.093,00	3.202.080,00
Iracema do Oeste	31.164.355,00	3.443.435,00
Itaipulândia	134.349.646,00	23.757.721,00
Jesuítas	111.386.278,00	6.161.097,00
Lindoeste	38.660.481,00	5.202.556,00
Marechal Cândido Rondon	712.839.669,00	183.884.829,00
Maripá	212.020.249,00	30.227.427,00
Matelândia	234.161.194,00	23.886.607,00
Medianeira	376.592.953,00	92.129.233,00
Mercedes	77.141.528,00	10.688.664,00
Missal	122.463.968,00	18.935.135,00
Nova Aurora	239.347.331,00	19.479.962,00
Nova Santa Rosa	190.563.319,00	24.737.661,00
Ouro Verde do Oeste	101.811.964,00	10.078.461,00
Palotina	585.990.250,00	168.177.415,00
Pato Bragado	66.662.430,00	7.217.313,00
Quatro Pontes	92.439.194,00	7.161.847,00
Quedas do Iguaçu	411.304.275,00	32.056.815,00
Ramilândia	27.373.828,00	3.172.656,00
Santa Helena	284.820.247,00	61.481.202,00
Santa Lúcia	28.675.536,00	1.892.731,00
Santa Tereza do Oeste	116.869.728,00	20.238.647,00
Santa Terezinha de Itaipu	157.161.215,00	60.120.338,00
São Miguel do Iguaçu	330.029.809,00	72.808.064,00
São Pedro do Iguaçu	95.256.613,00	16.049.121,00
Serranópolis do Iguaçu	86.671.146,00	13.314.315,00
Terra Roxa	234.922.550,00	49.185.563,00
Toledo	1.971.183.069,00	304.573.559,00
Três Barras do Paraná	194.110.832,00	10.200.332,00
Tupãssi	172.122.048,00	25.101.252,00
Vera Cruz do Oeste	90.772.065,00	13.631.373,00

Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS, 2008

Tabela 34 – Porcentagem e remuneração de homens e mulheres no setor de comércio em 31/12/2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem %
Anahy	769,37	515,18	33,04
Assis Chateaubriand	998,71	641,42	35,78
Boa Vista Aparecida	738,29	517,13	29,96
Braganey	1021,72	508,83	50,20
Cafelândia	719,21	593,66	17,46
Campo Bonito	871,68	466,94	46,43
Capitão Leônidas Marques	815,06	587,60	27,91
Cascavel	991,32	727,63	26,60
Catanduvas	800,39	485,60	39,33
Céu Azul	912,99	599,34	34,35
Corbélia	942,25	633,75	32,74
Diamante do Oeste	771,95	567,89	26,43
Diamante do Sul	501,53	600,56	-19,75
Entre Rios do Oeste	900,66	519,15	42,36
Espigão Alto do Iguaçu	759,44	502,90	33,78
Formosa do Oeste	666,52	580,43	12,92
Foz do Iguaçu	861,56	739,20	14,20
Francisco Alves	1007,65	528,59	47,54
Guaira	815,09	619,70	23,97
Guaraniaçu	742,78	550,60	25,87
Ibema	702,44	554,62	21,04
Iracema do Oeste	1492,82	498,84	66,58
Itaipulândia	830,66	590,32	28,93
Jesuítas	653,48	613,48	6,12
Lindoeste	897,46	653,68	27,16
Marechal Cândido Rondon	1000,48	688,37	31,20
Maripa	1415,59	647,00	54,29
Matelândia	912,46	613,80	32,73
Medianeira	1109,41	703,94	36,55
Mercedes	879,93	531,62	39,58
Missal	884,77	604,21	31,71
Nova Aurora	882,82	637,74	27,76
Nova Santa Rosa	1280,34	519,98	59,39
Ouro Verde do Oeste	1006,41	549,34	45,42
Palotina	1482,35	794,95	46,37
Pato Bragado	748,17	549,25	26,59
Quatro Pontes	1003,94	618,50	38,39
Quedas do Iguaçu	817,79	594,20	27,34
Ramilândia	751,46	497,67	33,77
Santa Helena	918,59	615,63	32,98
Santa Lúcia	637,55	498,30	21,84
Santa Tereza do Oeste	905,28	683,61	24,49
Santa Terezinha do Itaipu	856,71	648,46	24,31
São Miguel do Iguaçu	982,56	643,19	34,54
São Pedro do Iguaçu	1641,91	579,68	64,69
Serranópolis do Iguaçu	977,35	646,55	33,85
Terra Roxa	974,11	579,20	40,54
Toledo	975,19	712,68	26,92
Três Barras do Paraná	731,18	540,62	26,06
Tupãssi	1120,26	600,74	46,37
Vera Cruz do Oeste	794,40	586,71	26,14

Fonte:Ministério do Trabalho-RAIS

Tabela 35 - Porcentagem referente a remuneração masculino e feminino no setor de serviço, segundo a mesorregião Oeste Paranaense, em 2008

Municípios	Masculino	Feminino	Porcentagem
Anahy	652,10	842,21	22,57
Assis Chateaubriand	1026,63	786,71	23,37
Boa Vista Aparecida	927,68	930,92	(0,35)
Braganey	1162,15	1103,11	5,08
Cafelândia	776,99	855,41	9,17
Campo Bonito	1028,22	942,16	8,37
Capitão Leônidas Marques	1060,72	783,76	26,11
Cascavel	1479,72	1277,25	13,68
Catanduvas	1295,84	794,43	38,69
Céu Azul	1043,75	719,89	31,03
Corbélia	1404,17	767,53	45,34
Diamante do Oeste	1095,05	1316,05	16,79
Diamante do Sul	660,00	0,00	100,00
Entre Rios do Oeste	1184,98	607,82	48,71
Espigão Alto do Iguaçu	499,00	414,34	16,97
Formosa do Oeste	1504,70	859,85	42,86
Foz do Iguaçu	1137,00	937,94	17,51
Francisco Alves	959,81	541,56	43,58
Guaira	1156,50	896,70	22,46
Guaraniaçu	947,49	729,65	22,99
Ibema	952,52	762,88	19,91
Iracema do Oeste	1741,59	1451,92	16,63
Itaipulândia	1306,23	858,25	34,30
Jesuítas	932,75	630,18	32,44
Lindoeste	1228,56	764,02	37,81
Marechal Cândido Rondon	1452,80	827,44	43,05
Maripá	1295,80	829,06	36,02
Matelândia	1095,26	815,05	25,58
Medianeira	1769,53	1086,19	38,62
Mercedes	1139,59	940,39	17,48
Missal	1157,72	781,98	32,46
Nova Aurora	1339,42	875,46	34,64
Nova Santa Rosa	997,32	954,67	4,28
Ouro Verde do Oeste	1116,22	853,91	(30,72)
Palotina	1433,29	836,26	41,65
Pato Bragado	800,96	615,17	23,20
Quatro Pontes	1378,44	671,55	51,28
Quedas do Iguaçu	1103,50	749,86	32,05
Ramilândia	1516,05	822,79	45,73
Santa Helena	1076,82	853,14	20,77
Santa Lúcia	1012,63	745,80	26,35
Santa Tereza do Oeste	1266,77	812,06	35,90
Santa Terezinha do Itaipu	1038,25	759,92	26,81
São Miguel do Iguaçu	1147,24	834,27	27,28
São Pedro do Iguaçu	1104,18	858,16	22,28
Serranópolis do Iguaçu	1465,00	842,92	42,46
Terra Roxa	1236,56	769,21	37,79
Toledo	1279,95	1076,59	15,89
Três Barras do Paraná	1044,08	965,80	7,50
Tupãssi	991,97	1022,17	2,95
Vera Cruz do Oeste	1642,83	802,45	51,15

Fonte:Ministério do Trabalho -RAIS

INDICADOR I – Identificação do Sujeito		
Questão	Subquestão	Categorias
1.1 Qual é a unidade do SESC a que você pertence?	X	1-Unidade SESC Cascavel 2-Unidade SESC Toledo 3-Unidade SESC Marechal Cândido Rondon 4-Unidade SESC Foz do Iguaçu
1.2 Qual é a sua idade?	X	
1.3 Que profissão você exerce?	X	1-Atendente de caixa 2- Vendedora 3-Gerente 4-Telefonista 5-Serviços gerais 6-Recepcionista 7-Outra, qual?
1.4 Qual é o seu estado civil?	X	1-Solteira 2-Casada 3-Marital/União Estável 4- Divorciada 5-Viúva
1.5 Qual é o seu grau de instrução?	X	1-Sem instrução 2-Ensino Fundamental 3-Ensino Médio 4-Superior Incompleto 5-Superior Completo 6-Pós-graduada
INDICADOR II-Identificação da Família		
2.1 Você possui filhos?	1- Sim	Quantos?
	2-Não	
2.2 Quem é o responsável pelos cuidados com seus filhos enquanto você trabalha?	X	1-Centro de Educação Infantil 2-Avós 3-Pai 4- Outros, quem?
2.3 Qual é o número total de pessoas que compõem o núcleo familiar?	X	
2.4 Além do trabalho externo, você desenvolve atividades de organização do lar?		1-Sim 2-Não
2.5 Quantas horas você destina para as atividades de organização do lar?	X	
2.6 Como você se sente na realização dessa dupla jornada de trabalho?		

III- Indicador econômicos		
3.1 Você é o chefe da família?	X	1-Sim 2-Não
3.2 Qual é o total da renda familiar?	X	1- 0 a 01 salário mínimo. 2- 01 a 02 salários mínimos. 3- 02 a 03 salários mínimos. 4- 03 a 04 salários mínimos. 5- 04 a 05 salários mínimos 6- > 05 salários mínimos.
3.3 Qual é a sua renda pessoal?	X	1-0 a 01 salário mínimo. 6- 01 a 02 salários mínimos. 7- 02 a 03 salários mínimos. 8- 03 a 04 salários mínimos. 9- 04 a 05 salários mínimos > Superior a 05 salários mínimos
3.4 A renda de seu esposo/companheiro é superior à sua renda?	X	1-Sim 2-Não
IV- Indicadores profissionais		
4.1 Qual foi o motivo que estimulou sua entrada no mercado de trabalho?	X	1-Necessidade financeira pessoal 2-Necessidade financeira familiar 3-Realização pessoal 4-Outros, quais?
4.2 Com qual idade você foi inserida no mercado de trabalho?	X	
4.3 Depois de sua inserção no mercado de trabalho, você sentiu necessidade de aprimorar seus conhecimentos?	1-Sim	1- Em que área?
	2-Não	
4.4 Você está satisfeita com seu emprego?	1-Sim	Por quê?
	2-Não	Por quê?
4.5 Você possui colegas homens que desempenham a mesma função que você?	X	1-Sim 2-Não
4.6 A renda dos seus colegas		1-Sim

que desempenham a mesma função que você é a mesma que a sua?	X	2-Não 3-Desconhece
4.7 Você realiza horas extras nos fins de semana?	X	1-Sim 2-Não
4.8 Qual é a forma que a empresa utiliza para compensar essa geração de horas extras?	X	1- Pagamento de hora extra 2-Banco de horas com compensação 3- Outra forma, qual?
4.8 Em seu ambiente de trabalho, você já foi discriminada por ser mulher?	1-Sim	1- Em que situação?
	2-Não	

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.

Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

Martini, Luciane

M386m A mulher e o mercado de trabalho no início do século XXI : um
estudo de caso junto ao SESC no Oeste do Paraná (2006 a 2010) / Luciane Martini.
– Toledo, PR : [s. n.], 2011.

100 f.

Orientador: Dr. Ricardo Rippel

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) -

Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Mulheres - Emprego – Paraná, Região Oeste 2. Trabalho feminino 3 Mercado
de trabalho – Mulheres – Paraná, Região Oeste I. Rippel, Ricardo, Or. II. T.

CDD 20. ed. 331.4098162